

Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma

1 Informações Sobre a Companhia

A Suzano Papel e Celulose S.A. (a seguir designada como Companhia, Controladora ou Suzano) e suas controladas, têm como objeto a fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A sede social da empresa está localizada em Salvador, Bahia. A Companhia é controlada pela Suzano Holding S.A. que detém 95,5% das ações ordinárias do seu capital social.

A Companhia possui unidades fabris operacionais nos Estados da Bahia e de São Paulo e uma unidade fabril em construção no Maranhão. A comercialização de seus produtos no mercado internacional é feita através de vendas diretas e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas no exterior.

1.1 Principais eventos ocorridos nos exercícios de 2012 e 2011

a) Alienação da participação da Suzano no Consórcio Capim Branco Energia ("Consórcio")

Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu manifestação por parte da CEMIG Capim Branco S.A. ("CEMIG") de que aceitou oferta apresentada pela Suzano aos consorciados, para a aquisição da parcela que lhe cabe da participação total de 17,9% detida pela Suzano no Consórcio tendo, inclusive, manifestado a intenção de aquisição de todas as eventuais sobras, na hipótese dos demais consorciados não exercerem seus respectivos direitos de primeira oferta, conforme previsto no Instrumento Particular de Constituição do Consórcio.

O preço total fixado na oferta, referente à participação de 17,9% da Suzano no Consórcio é de R\$320.000. A transação está sujeita à celebração dos documentos definitivos e aprovações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o que deverá ocorrer no início de 2013.

b) 3º Emissão de Debêntures

Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em linha com sua estratégia financeira, foi aprovada pelos debenturistas detentores da 2ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia, correspondente a 167.000 debêntures, cujo valor total é de cerca de R\$121 milhões, a concessão de renúncia ("waiver") preventiva em caso de eventual descumprimento do limite de alavancagem, conforme previsto na escritura de emissão, obrigação que voltará a vigorar a partir e tendo por base inicial para cálculo o 2º trimestre de 2014, mediante ao pagamento de um prêmio de 0,5% que naquela data corresponde ao valor unitário de R\$3,61.

Com relação aos debenturistas detentores da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia, o pedido de renúncia ("waiver") preventiva não foi concedido, pois não

houve consenso quanto ao valor do prêmio a ser pago pela Companhia no caso de rompimento de cláusulas restritivas (“*covenant*”), a Companhia exercerá a opção de pré-pagar a dívida cujo valor total é de R\$585.969 (Nota 19.1).

c) Programa de Recompra de Ações

Em 22 de novembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, nos termos da lei societária, do seu Estatuto e da Instrução CVM nº 10/80 e suas alterações posteriores, o Programa de Recompra de Ações Preferenciais Classe A de emissão da Companhia, com prazo máximo para a aquisição de 90 dias contados daquela data e destinado a adquirir até 12.000 mil de ações preferenciais (correspondente a 2,5% das ações desta classe em circulação no mercado naquela data).

As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações serão mantidas em tesouraria para atender ao exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários dos planos de opção de compra de ações, bem como contrapartida ao plano de incentivos de longo prazo da Companhia.

Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou a recompra de 6.703 mil ações classe A pelo montante de R\$46.117 (Nota 26.4).

d) Oferta Pública Primária de Emissão de Ações (“Oferta de Ações”)

O processo de Oferta Pública Primária de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais classe “A” e classe “B” da Companhia foi concluído e o preço de emissão para cada tipo de ações foi de R\$4,00 (quatro reais), sendo emitidas o total de 119.606 mil ações ordinárias nominativas, 246.222 mil ações preferenciais classe A e 15 mil ações preferenciais classe B, todas escriturais, totalizando um aumento de capital de R\$1.463.369 liquidado em moeda nacional.

Os custos incorridos com esta transação totalizaram o montante de R\$15.442 e foram registrados em conta específica no Patrimônio Líquido (Nota 26.3).

e) Aumento de Capital em decorrência de conversão de debêntures da 4ª e 5ª emissão da Companhia

Durante o terceiro trimestre de 2012, o Conselho de Administração homologou o aumento do capital social da Companhia, representado pela emissão de 111.482 mil ações ordinárias e 221.461 mil ações preferenciais classe A, ao preço unitário de R\$4,00 totalizando R\$1.331.771, em decorrência de solicitações de conversão de: (a) 8.681 debêntures da 1ª série (mediante emissão de 891 mil ações ordinárias) e 17.361 debêntures da 2ª série (mediante emissão de 1.782 mil ações preferenciais classe A) da 4ª emissão de debêntures da Companhia e (b) 401.526 debêntures da 1ª série (mediante emissão de 110.591 mil ações ordinárias) e 797.596 debêntures da 2ª série (mediante emissão de 219.679 mil ações preferenciais classe A) da 5ª emissão de debêntures da Companhia, realizadas desde 28 de junho de 2012, conforme previsto nos instrumentos de escritura da 4ª e 5ª emissão de debêntures da Companhia.

f) Parada não programada – Unidade Mucuri - BA

Em 10 de fevereiro de 2012, a Companhia anunciou parada não programada na caldeira de recuperação da linha 2 na Unidade de Mucuri - BA ao longo do mês de Janeiro. A perda de produção total estimada foi de 50 mil toneladas, ou seja, 2,6% da capacidade de produção anual da Companhia, sendo parcialmente recuperada durante os meses subsequentes.

g) 5ª Emissão de Debêntures ("5º Emissão")

Em junho de 2011, foram subscritas pelo montante de R\$ 1.279.330 as debêntures da 5ª Emissão, emitidas em 15 de dezembro de 2010, no valor de R\$1.200.000 e composta por duas séries, ambas mandatoriamente conversíveis em ações de emissão da Companhia. As debêntures da 5ª Emissão não serão negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado (Nota 19.3).

h) Aquisição de 50% dos ativos líquidos do Consórcio Paulista de Papel e Celulose ("Conpacel") e 100% das operações da KSR

Em 31 de janeiro e 28 de fevereiro de 2011, a Companhia concluiu a transação de compra da participação detida pela Fibria Celulose S.A. ("Fibria") nos ativos líquidos do Conpacel e adquiriu as operações de distribuição de papel da KSR, respectivamente, pelo montante de R\$1.509.031 assumindo o controle sobre esses negócios nessas datas, respectivamente (Nota 14).

2 Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis incluem:

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) são divulgadas em conjunto com as demonstrações consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2013.

2.2 Normas publicadas ainda não vigentes

As Normas, Interpretações e alterações de normas emitidas pelo IASB e/ou pelo CPC que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2012 e possuem aplicação a partir de 1º de janeiro de 2013, não foram adotadas antecipadamente pela Companhia: IFRS 10 - Demonstrações Financeiras consolidadas (CPC 36 R3, aprovado pela Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") 698/12), revisou o conceito de controle e estabelece que este seja a base para consolidação; IFRS 11 – Acordo Contratual Conjunto (CPC 19 R2, aprovado pela Deliberação CVM 694/12), estabelece como um acordo de participação deve ser classificado e elimina a consolidação proporcional de investimentos; IFRS 12 – Divulgações de Participações em Outras Entidades (CPC 45, aprovado pela Deliberação CVM 697/12), trata da divulgação de participação em outras sociedades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações contábeis dessas participações; IFRS 13 – Mensuração do valor justo (CPC 46, aprovado pela Deliberação CVM 699/12), estabelece novos requisitos sobre como mensurar o valor justo e as divulgações relacionadas; IAS 19 – Benefícios a empregados (CPC 33 R1, aprovado pela Deliberação CVM 695/12), introduziu alterações relevantes como a remoção do conceito do corredor e do retorno esperado sobre ativos do plano, IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, estabelece a apresentação dos itens de outros resultados abrangentes em dois grupos: os que são realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido, com impacto previsto somente na divulgação.

Em 31 de dezembro de 2012, o CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a norma IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que visa simplificar o modelo de mensuração e estabelece duas categorias principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. O IFRS 9 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

A adoção da norma IFRS 10, a qual revisou o conceito de controle e dando diretrizes adicionais de controle e da IFRS 11 resultarão na revisão do critério atual de consolidação da controlada em conjunto Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda ("Asapir") para as demonstrações contábeis a partir de 2013, entretanto, a Companhia não espera impacto relevante decorrente da aplicação desta norma e das demais normas acima em suas demonstrações contábeis.

2.3 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas, além dos fundos de investimento exclusivo (Nota 5).

A data-base das demonstrações contábeis das controladas incluídas na consolidação é coincidente com as da Companhia.

As taxas utilizadas na conversão das demonstrações contábeis das controladas no exterior, para a moeda de apresentação das demonstrações contábeis, estão apresentadas abaixo:

Moeda	Nome	País	Taxa final		Taxa média	
			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
USD	Dólar Americano	Estados Unidos	2,0435	1,8758	1,9531	1,6737
CHF	Franco Suíço	Suíça	2,2324	2,0002	2,0822	1,8907
EUR	Euro	União Européia	2,6954	2,4342	2,5093	2,3270
GBP	Libra Esterlina	Reino Unido	3,3031	2,9148	3,0961	2,6827
ARS	Peso	Argentina	0,4158	0,4358	0,4262	0,4033

Apresentamos as demonstrações contábeis da Asapir as quais foram consolidadas pela Companhia, proporcional a sua participação de 50%, conforme acordo de quotistas.

Balancos patrimoniais	31/12/2012	31/12/2011	Demonstração do resultado	31/12/2012	31/12/2011
Ativo					
Circulante	43.863	51.030	Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.102)	8.292
Caixa e equivalentes de caixa	99	18	(Prejuízo) Lucro operacional	(4.102)	8.292
Contas a receber de clientes	2.075	15.342			
Créditos com parte relacionada	40.549	34.660	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(10.065)
Outras contas a receber	1.140	1.010			
Não circulante	9.551	7.606	Prejuízo do exercício	(4.102)	(1.773)
Depósitos judiciais	9.466	7.511			
Tributos a recuperar	85	95			
	53.414	58.636			
Passivo					
Circulante	1.995	2.407			
Fornecedores	248	251			
Tributos a recolher	1.735	2.143			
Outras contas a pagar	12	13			
Não circulante	14.617	15.325			
Provisão para contingências	14.617	15.325			
Patrimônio líquido	36.802	40.904			
	53.414	58.636			

2.4 Ofício de Alerta CVM/SEP/GEA-5/ nº 002/2013 recebido em 18 de Janeiro de 2013 referente a 5ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações

Em 19 de Outubro de 2012, a Companhia recebeu Ofício CVM/SEP/GEA-5/Nº 339/2012 solicitando manifestação sobre as políticas contábeis utilizadas no registro da 5ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações.

Em atendimento ao Ofício, em 14 de novembro de 2012, foram prestadas todas as informações que a Companhia considerou relevante para um adequado entendimento das políticas contábeis aplicadas no registro desta transação e, conforme solicitado no Ofício, a resposta da Companhia foi acompanhada da manifestação dos auditores externos responsáveis por emitir o relatório de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como, dos atuais auditores externos, que foram responsáveis pela emissão dos relatórios de revisão trimestral dos trimestres findos durante o exercício de 2012.

Em 18 de janeiro de 2013, a Companhia recebeu o Ofício de Alerta CVM/SEP/GEA-5/nº 002/2013, onde a CVM expressou seu entendimento a respeito do registro das debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, os quais estão comentados a seguir.

A escritura de debêntures previa a conversão do principal da dívida por um montante fixo de ações, com base num preço de conversão também fixo. A única situação em que essa conversão fixa poderia ser alterada seria no caso de ocorrer um evento de vencimento antecipado das debêntures. Em ocorrendo o vencimento antecipado, as debêntures poderiam ser convertidas pelo valor de mercado das ações na data da conversão.

A escritura de debêntures determinava como um dos eventos de vencimento antecipado a colocação de uma oferta pública de emissões de ações da Companhia, que nesse caso proporcionava aos debenturistas o direito de converter pelo mesmo preço de oferta dessa emissão. No entendimento da CVM, essas cláusulas constituem indicativos de que o preço de conversão não era fixo em qualquer circunstância, o que necessariamente influiria no número de ações a serem emitidas, portanto, tornando esse número variável, e o instrumento financeiro seria, portanto, um passivo financeiro. A Administração da Companhia julgou na época da emissão das debêntures mandatoriamente conversíveis que a decisão de efetuar ou não uma oferta primária de ações estava sob seu controle e que, no caso de emissão de novos instrumentos patrimoniais como de fato ocorreu com a Oferta de Ações, a variabilidade do número de ações exercia uma característica exclusiva de anti-diluição, visto que não seria aplicada em outras situações como, por exemplo, situações de volatilidade no preço da ação.

A aplicação do tratamento contábil previsto pelo Ofício resultaria em 31 de dezembro de 2011 na redução do patrimônio líquido no montante total de R\$1.146.009, incremento no passivo não circulante da controladora e do consolidado no montante de R\$1.146.365, incremento nas despesas financeiras da controladora e do consolidado relacionado a juros e ao derivativo embutido no montante total de R\$11.631, com impacto líquido negativo no resultado líquido do exercício findo naquela data no montante de R\$7.676. Não haveria alterações no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2012 devido à transação da 5ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações já terem sido, substancialmente, liquidadas em virtude da conversão dessas debêntures em ações quando da Oferta de Ações realizada durante o exercício de 2012. As despesas financeiras da controladora e do consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 seriam incrementadas no montante de R\$18.669, com impacto negativo líquido no resultado do exercício de R\$12.322.

Enfatizamos que o entendimento acima não produz efeito em relação à forma de liquidação deste passivo financeiro, o qual ocorre somente através da conversão dessas debêntures em ações da Companhia, como de fato ocorreu com a Oferta de Ações estruturada pela Companhia.

3 Práticas Contábeis

Estas demonstrações contábeis e as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas com práticas contábeis consistentes e devem ser lidas em conjunto para um adequado entendimento das informações atualizadas para 31 de dezembro de 2012.

3.1. Apuração do resultado

As receitas operacionais de vendas dos produtos estão sendo apresentadas líquidas, excluindo os impostos e os descontos incidentes sobre as vendas. A receita operacional dos produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais envolvimento com o produto vendido e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

3.2. Investimentos e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

- a) Investimentos, moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis das controladas. As demonstrações contábeis de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica). Tais controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados são reconhecidos no resultado da Controladora na proporção da participação do investimento.

- b) Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o “*hedge accounting*” previsto nos CPCs 38, 39 e 40.

3.3.1. Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

b) Empréstimos (concedidos) e recebíveis

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

A Companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

3.3.2. Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.3.3. Valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. As aplicações desta categoria são classificadas como “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

3.5. Contas a receber de clientes

Classificadas na categoria de instrumentos financeiros “empréstimos (concedidos) e recebíveis”, estão apresentadas a valores de realização, com atualização cambial quando denominadas em moeda estrangeira e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dessas contas a receber.

3.6. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio das compras e o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. São constituídas provisões para perdas nos estoques quando consideradas necessárias pela Administração.

O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é seu valor justo acrescidos das despesas para trazê-los em suas localizações e condições existentes.

3.7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem a florestas de eucalipto de reflorestamento e são mensurados pelo valor justo. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado e as alterações no valor justo são reconhecidos no resultado anualmente.

3.8. Imobilizado e arrendamento mercantil financeiro

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção líquidos dos impostos recuperáveis, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, deduzido de depreciação

acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Ativos oriundos de contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item (Nota 16) e os itens arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato.

Gastos com manutenção e reparos que não aumentam significativamente a vida útil desses ativos são contabilizados como despesas quando incorridos.

3.9. Intangível

Ágio: O ágio é a diferença positiva entre o custo de aquisição e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos adquiridos de uma entidade. O ágio é submetido a teste anual de recuperabilidade (*impairment*) para verificar eventuais perdas, as quais quando reconhecidas, não são revertidas.

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas: Outros ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.10. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12. Passivos atuariais

Os planos de benefício definido são avaliados por atuário independente, para determinação dos compromissos com os planos de assistência médica e seguro de vida oferecidos aos empregados ativos e aposentados, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os juros incorridos sobre o passivo atuarial são contabilizados diretamente no resultado na rubrica de “Despesas Financeiras”.

3.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.14. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro (“CSLL”)

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o IRPJ e a CSLL, compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.15. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.16. Pagamentos baseados em ações

Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de: i) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro; e ii) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em ações com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos i) e ii) são inicialmente reconhecidas no resultado como despesas administrativas em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de

aquisição (carência) quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é remensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é registrada no resultado como despesas administrativas.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Companhia, o passivo financeiro é reclassificado para uma conta no patrimônio líquido denominada “Reserva de opção de compra de ações”. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Companhia liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

3.17. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

A proposta de distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio aprovada pela Administração da Companhia é registrada como passivo na rubrica de “Dividendos e JCP a pagar”, entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendos complementares propostos” no patrimônio líquido.

3.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

3.19. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As estimativas e premissas, derivadas de experiência histórica e de análise dos fatores relevantes pela Administração, classificadas como sendo as que podem gerar riscos significativos de provocar ajustes materiais nas demonstrações contábeis ao longo dos próximos exercícios sociais, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Estimativa / Premissa	Nota
Determinação de técnicas de avaliação e premissas baseadas nas condições de mercado para mensuração de valor justo e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros	4
Cálculo da provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	6
Cálculo da provisão de perdas nos estoques	7
Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos referente a diferenças temporárias e prejuízos fiscais	8
Taxas e prazos aplicados no cálculo do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos	6 e 9
Premissas e julgamentos utilizados na determinação do valor justo de ativos biológicos	11
Cálculo da provisão de perdas em investimentos	15
Seleção de vida útil e análise da capacidade de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis	16 e 17
Mensuração do valor julgado suficiente pela Administração para constituição de provisão de contingências de perda possível e provável	20
Premissas e taxas utilizadas para constituição da provisão de obrigações decorrentes de planos de benefícios	21
Mensuração do valor justo de planos de remuneração baseados em ações	23

3.20. Demonstrações do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a DVA individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.21. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data da aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

3.22. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo como ativo não circulante mantido para venda somente se houver disponibilidade imediata para venda em suas condições atuais, sua alienação for altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado estiver comprometido com o plano de venda e ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano.

O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, com exceção do que é permitido pela norma, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o mesmo possa ser abandonado.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Quando classificados como mantidos para venda, Intangíveis e Imobilizados não são amortizáveis ou depreciáveis.

3.23. Reclassificações

A Companhia realizou algumas reclassificações entre rubricas do balanço nas demonstrações contábeis apresentadas para fins de comparação:

- Clientes para Contas a Pagar: os montantes de R\$7.942 e de R\$7.129 na Controladora em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente, e os montantes de R\$58.354 e de R\$47.717 no consolidado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente, referente a provisão para abatimento;
- Outros Créditos para Créditos com Partes Relacionadas no ativo não circulante: o montante de R\$236 em 31 de dezembro de 2011 na controladora e no consolidado;
- Outros Créditos para Créditos com Partes Relacionadas no ativo circulante: os montantes de R\$12 e de R\$3.998 em 31 de dezembro de 2011 na controladora e no consolidado, respectivamente;
- Imobilizado em Operação para Demais Ativos Intangíveis: os montantes de R\$16.157 e de R\$14.613 na Controladora em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente, e os montantes de R\$16.165 e de R\$14.624 no consolidado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente;
- Fornecedores Estrangeiros para Fornecedores Nacionais: o montante de R\$22.202 em 31 de dezembro de 2011 no consolidado;
- Estoques para Imobilizado em Operação (Peças e sobressalentes): os montantes de R\$86.278 e de R\$80.867 em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente, na controladora e no consolidado.

A Companhia realizou algumas reclassificações entre as Atividades da Demonstração de Fluxo de Caixa da controladora e consolidado apresentadas para fins de comparação, sendo as mais relevantes:

- Liquidação de operações com derivativos (Atividades Operacionais): o montante de R\$70.044 em 31 de dezembro de 2011 e R\$29.286 em 31 de dezembro de 2010 para Atividades de Financiamento;
- Pagamento de empréstimos (Atividades de Financiamento): os montantes de (R\$2.090.720) e (R\$45.880) para as rubricas de Empréstimos captados e Pagamento de juros (Atividades Operacionais), respectivamente, em 31 de dezembro de 2011.
- Empréstimos captados (Atividades de Financiamento): o montante de R\$88.305 em 31 de dezembro de 2011 para a rubrica Despesas com Juros, Líquidas (Atividades Operacionais).

4 Instrumentos Financeiros

4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

a. Visão geral

A Administração da Companhia está voltada para a geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo. Fatores de risco externos relacionados a oscilações de preços de mercado podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia. Para administrar esta volatilidade, de forma que não distorça ou prejudique o crescimento consistente da Companhia no longo prazo, a Suzano dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos de mercado.

Tais políticas buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de mercado") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa da Suzano estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais da Suzano.

O processo de gestão de riscos de mercado compreende as seguintes etapas sequenciais e recursivas: (i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxo de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; (ii) mensuração e *report* dos valores em risco; (iii) avaliação e definição de estratégias para administração dos riscos de mercado; e (iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias. A avaliação e controle das exposições em risco são feitos com o auxílio de sistemas operacionais integrados, com devida segregação de funções nas reconciliações com as contrapartes.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros mais líquidos e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes. Os principais riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de câmbio;
- Risco de mercado e oscilações de preços de insumos;
- Risco de taxas de juros;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

A Companhia não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, todos os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos (encerradas e em aberto) estão integralmente reconhecidos nas demonstrações do resultado dos exercícios da Controladora e consolidadas, e apresentados na Nota 29.

b. Avaliação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadro abaixo, sendo que durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e bancos	5	18.257	24.377	605.566	188.370
Aplicações financeiras	5	3.163.713	1.975.298	3.195.931	1.995.474
Fundos Exclusivos	5	536.111	1.090.094	536.111	1.090.094
Ganhos em operações com derivativos	4	290	16.559	26.160	49.589
Empréstimos e recebíveis					
Contas a receber de clientes	6	1.862.195	1.397.654	1.102.676	1.041.412
Passivo					
Passivo pelo custo amortizável					
Contas a pagar a fornecedores		858.448	377.467	875.648	414.723
Financiamentos e Empréstimos	18	8.628.485	6.537.798	10.017.275	7.888.105
Debêntures	19	701.829	855.600	701.829	855.600
Valor justo por meio do resultado					
Perdas em operações com derivativos	4	38.187	57.123	41.737	57.892

4.2 Valor justo *versus* valor contábil

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais. As aplicações financeiras e os contratos de derivativos, utilizados exclusivamente com finalidade de proteção, encontram-se avaliados pelo seu valor justo.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices é calculado como o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da BM&FBovespa e ANBIMA para operações de taxas de juros em reais, e da *British Bankers Association* e *Bloomberg* para operações de taxa *Libor*. O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da BM&FBovespa.

O valor justo da dívida decorrente da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia é calculado com base nas cotações do mercado secundário publicadas pela ANBIMA nas datas dos balanços. Para determinar o valor justo de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado (e não para liquidação ou venda forçada) em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de apreamento de opções, como *Black & Scholes* e *Garman-Kolhagen*, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de celulose é obtido através da cotação de preços para instrumentos com condições e prazos de vencimento remanescentes similares, junto aos principais participantes deste mercado. Por fim, o valor justo dos contratos para fixação de preços de petróleo é obtido com base nas cotações da *New York Mercantile Exchange* (NYMEX).

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Companhia se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações contábeis apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	4.337.608	4.337.608	3.273.938	3.273.938
Ganhos em operações com derivativos (circulante e não circulante)	26.160	26.160	49.589	49.589
Contas a receber de clientes	1.102.676	1.102.676	1.041.412	1.041.412
Passivo				
Contas a pagar a fornecedores	875.648	875.648	414.723	414.723
Financiamentos e Empréstimos (circulante e não circulante)	10.017.275	9.816.833	7.888.105	8.332.982
Debêntures (circulante e não circulante)	701.829	806.453	855.600	893.050
Perdas em operações com derivativos (circulante e não circulante)	41.737	41.737	57.892	57.892

4.3 Risco de crédito

As políticas de vendas e de crédito, determinadas pela Administração da Companhia e de suas subsidiárias, visam minimizar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação das vendas (pulverização do risco), além da obtenção de garantias ou contratação de instrumentos que mitiguem os riscos de crédito, principalmente a apólice de seguro de crédito de exportações.

As demandas de crédito a clientes são devidamente avaliadas através de um modelo de análise de crédito com aspectos qualitativos e quantitativos para atribuição do limite de crédito, sendo submetidos à aprovação da diretoria.

A Companhia provisiona todos os títulos de clientes em aberto vencidos há mais de 90 dias e não renegociados, desde que não existam garantias reais. Também são provisionados os títulos em aberto de clientes que entrarem em recuperação judicial.

A fim de mitigar o risco de crédito, as operações financeiras realizadas pela Suzano estão diversificadas entre os bancos, concentrando mais de 90% das operações em bancos com *rating* AAA nas principais agências de classificação de crédito.

Historicamente, o valor das contas a receber de clientes em atraso representam aproximadamente de 1,5% a 2,5% do contas a receber na Controladora e Consolidado, respectivamente, indicador que se manteve estável no exercício findo.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis estão apresentados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos					
Caixa e bancos	5	18.257	24.377	605.566	188.370
Aplicações financeiras	5	3.163.713	1.975.298	3.195.931	1.995.474
Fundos Exclusivos	5	536.111	1.090.094	536.111	1.090.094
Contas a receber de clientes	6	1.862.195	1.397.654	1.102.676	1.041.412
Ganhos em operações com derivativos	4	290	16.559	26.160	49.589
Total		5.580.566	4.503.982	5.466.444	4.364.939

4.4 Risco de liquidez

Apresentamos a seguir a maturidade dos ativos e passivos financeiros, incluindo estimativa de pagamentos de juros.

		31/12/2012				
Consolidado	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e bancos	5	605.566	605.566	-	-	-
Aplicações Financeiras	5	3.195.931	3.195.931	-	-	-
Fundos Exclusivos	5	536.111	536.111	-	-	-
Derivativos	4	26.160	5.902	6.649	13.609	-
Contas a receber de clientes	6	1.102.676	1.102.676	-	-	-
		5.466.444	5.446.186	6.649	13.609	-
Passivos						
Financiamentos e empréstimos	18	10.017.275	1.034.647	625.266	4.454.210	3.903.152
Fornecedores		875.648	875.648	-	-	-
Derivativos a pagar	4	41.737	20.508	10.328	10.600	301
Outras contas a pagar		149.014	140.287	8.727	-	-
		11.083.674	2.071.090	644.321	4.464.810	3.903.453
Posição líquida		(5.617.230)	3.375.096	(637.672)	(4.451.201)	(3.903.453)
		31/12/2011				
Consolidado	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e bancos	5	188.370	188.370	-	-	-
Aplicações Financeiras	5	1.995.474	1.995.474	-	-	-
Fundos Exclusivos	5	1.090.094	1.090.094	-	-	-
Derivativos	4	49.589	15.607	24.057	9.925	-
Contas a receber de clientes	6	1.041.412	1.041.412	-	-	-
		4.364.939	4.330.957	24.057	9.925	-
Passivos						
Financiamentos e empréstimos	18	7.888.105	2.142.138	1.084.879	1.957.345	2.703.743
Fornecedores		414.723	414.723	-	-	-
Derivativos a pagar	4	57.892	29.435	16.294	11.268	895
Outras contas a pagar		143.487	133.983	9.504	-	-
		8.504.207	2.720.279	1.110.677	1.968.613	2.704.638
Posição líquida		(4.139.268)	1.610.678	(1.086.620)	(1.958.688)	(2.704.638)

Não é esperado que os fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, ocorram antes do prazo previsto ou em montantes significativamente diferentes daqueles apresentados.

Apresentamos a seguir os vencimentos das operações de derivativos:

Consolidado Derivativos	31/12/2012							
	Valor contábil	Até 1 mês	1 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos	26.160	93	1.575	1.808	2.425	6.649	13.609	-
Passivos	41.737	842	4.556	6.870	8.240	10.328	10.600	301
	(15.577)	(749)	(2.981)	(5.062)	(5.815)	(3.679)	3.009	(301)

4.5 Risco de Mercado

A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são norteadas pelo fato de que mais de 50% da receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas, proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos. O excedente de receitas em Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio no momento da internação dos recursos.

Como proteção adicional, podem ser contratadas vendas de Dólares nos mercados futuros, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual minoritário do excedente de divisas no horizonte de um ano e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor líquido de principal das operações contratadas para venda futura de Dólares através de *Non Deliverable Forwards* ("NDF's") simples era de US\$86 milhões. Seus vencimentos estão distribuídos entre janeiro de 2013 e janeiro de 2016, como forma de fixar as margens operacionais de uma parcela minoritária das vendas ao longo deste período. O efeito caixa destas operações somente se dará em suas datas de vencimento, quando geram desembolso ou recebimento de caixa, conforme o caso.

Além das operações de *hedge* cambial, são celebrados contratos de *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida, e contratos de *swap* entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2012 a Companhia tinha em aberto (i) US\$365 milhões em *swaps* para fixação da *Libor* em contratos de financiamento e (ii) US\$300 milhões em *swaps* do cupom cambial para taxa *Libor* de 3 meses fixada.

4.6 Risco de Mercado – taxas de câmbio

A exposição líquida em moeda estrangeira está apresentada no quadro a seguir:

Consolidado	31/12/2012 (valores em milhares de R\$)						31/12/2011 (valores em milhares de R\$)					
	USD	EUR	GBP	CHF	ARS	Total	USD	EUR	GBP	CHF	ARS	Total
Contas a Receber	303.534	-	35	171.519	30.466	505.554	305.552	-	-	121.927	23.568	451.047
Fornecedores	20.729	-	43	1.316	10.320	32.409	24.597	4	50	2.493	8.048	35.192
Financiamentos e empréstimos	4.724.308	-	-	-	-	4.724.308	4.517.097	-	-	-	-	4.517.097
Derivativo NDF	171.102	-	-	-	4.826	175.928	115.756	-	-	-	11.818	127.574
Derivativo Swap	1.480.029	-	-	-	-	1.480.029	1.504.392	-	-	-	-	1.504.392

Análise de sensibilidade – Exposição cambial

A Companhia para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira, sendo adaptado como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente.

Os demais cenários foram construídos considerando a depreciação e apreciação do Real em relação as demais moedas em 25% e 50%.

A tabela a seguir apresenta os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

Consolidado BRL x USD	31/12/2012				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Financiamentos e empréstimos	(4.724.308)	(1.181.077)	(2.362.154)	1.181.077	2.362.154
Contas a Receber	303.534	75.883	151.767	(75.883)	(151.767)
Fornecedores	(20.729)	(5.182)	(10.365)	5.182	10.365
Derivativo Swap	(36.390)	(9.098)	(18.195)	9.098	18.195
Derivativo NDF	(1.506)	(42.014)	(84.029)	42.014	84.029
TOTAL	(4.479.399)	(1.161.488)	(2.322.976)	1.161.488	2.322.976

Consolidado ARS x USD	31/12/2012				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Contas a Receber	30.466	7.617	15.233	(7.617)	(15.233)
Derivativo NDF	(0,29)	(6.005)	(12.009)	6.005	12.009
TOTAL	30.466	1.612	3.224	(1.612)	(3.224)

4.7 Risco de Mercado – taxas de juros

A exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxas de juros Certificados de Depósito Interbancário (“CDI”) está apresentada no quadro a seguir:

Consolidado	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Financiamentos e empréstimos	18	3.106.476	1.043.652
Derivativo Swap		-	326.984

Analise de sensibilidade – Exposição a taxas de juros

Para a análise de sensibilidade das operações impactadas pelas taxas: CDI, *Libor*, Cupom de Dólar, Cupom de Celulose e Cupom de Peso Argentino, a Companhia adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Os demais cenários foram construídos considerando variações positivas e negativas de 25% e 50% sobre as taxas de juros de mercado vigentes em 31 de dezembro de 2012.

A tabela a seguir apresenta os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

	31/12/2012				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa(Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado Pré					
Financiamentos e empréstimos	3.106.476	771.190	1.542.379	(771.190)	(1.542.379)
Derivativo NDF	(1.506)	(3.358)	(6.552)	3.535	7.260
TOTAL	3.104.970	767.832	1.535.827	(767.655)	(1.535.119)
	31/12/2012				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa(Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado <i>Libor</i>					
Derivativo <i>Swap</i> e <i>Convertibility</i>	(11.827)	1.968	3.901	(2.006)	(4.051)
Derivativo Celulose	(2.244)	(260)	(518)	261	523
TOTAL	(14.071)	1.708	3.383	(1.745)	(3.528)
	31/12/2012				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa(Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado Cupom de Dólar					
Derivativo NDF	(1.506)	728	1.445	(739)	(1.490)
TOTAL	(1.506)	728	1.445	(739)	(1.490)
	31/12/2012				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa(Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado Cupom de Celulose					
Derivativo Celulose	(2.244)	820	1.624	(835)	(1.686)
TOTAL	(2.244)	820	1.624	(835)	(1.686)
	31/12/2012				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa(Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado Cupom de ARS					
Derivativo NDF	(0,29)	(97)	(195)	96	192
TOTAL	(0,29)	(97)	(195)	96	192

4.8 Risco de Mercado – preços das *commodities*

Em 31 de dezembro de 2012, a exposição de contratos indexados a preço de *commodities* de celulose totaliza R\$171.102 (31 de dezembro de 2011, o montante de R\$108.474).

Analise de sensibilidade – Exposição aos preços de *commodities*

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas aos preços de *commodities*, a Companhia adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2012, os demais cenários foram construídos considerando variações positivas e negativas de 25% e 50% sobre os preços de mercado das *commodities*.

A tabela a seguir apresenta os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

Consolidado	31/12/2012				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Contratos indexados a preço de commodities CELULOSE	(2.244)	(43.070)	(86.140)	43.070	86.140
TOTAL	(2.244)	(43.070)	(86.140)	43.070	86.140

4.9 Derivativos em aberto

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as posições consolidadas de derivativos em aberto agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são assim apresentadas:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência (nacional) em		Valor justo em		Saldo patrimonial em			
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012		31/12/2011	
						A pagar	A receber	A pagar	A receber
Swaps em Moeda Estrangeira									
Posição Ativa - US\$ Libor	01/01/2013 até 04/11/2019	695.877	1.098.936	750.041	1.100.142	-	-	-	-
Posição Passiva - US\$ Taxa Pré		695.877	1.098.936	786.431	1.152.090	-	-	-	-
SubTotal				(36.390)	(51.948)	36.390	-	51.948	-
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				443	1.020	-	-	-	-
Swaps de Taxas e Índices									
Posição Ativa - R\$ Taxa Pré		-	326.984	-	402.099	-	-	-	-
Posição Passiva - % DI		-	326.984	-	390.497	-	-	-	-
SubTotal				-	11.602	-	-	-	11.602
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				-	410	-	-	-	-
Swaps de Moedas - NDF									
Posição Comprada em R\$ x US\$	01/01/2013 até 06/01/2016	-	56.274	-	4.950	-	-	-	-
Posição Vendida em R\$ x US\$		171.102	172.030	(1.506)	(5.944)	1.796	290	-	-
Posição Comprada em US\$ x ARS		4.826	11.818	-	7	-	-	-	-
SubTotal				(1.506)	(987)	1.796	290	5.944	4.957
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				1.334	1.702	-	-	-	-
Swaps de Commodities									
Posição Vendida em Celulose BHKP	01/01/2013 até 06/01/2016	171.102	108.474	(2.244)	16.570	-	-	-	-
SubTotal				(2.244)	16.570	3.551	1.307	-	16.570
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				509	741	-	-	-	-
Outros									
Posição Ativa - Cupom Cambial	01/01/2013 até 03/10/2016	613.050	412.676	656.772	33.637	-	-	-	-
Posição Passiva - US\$ Libor Fixada		613.050	412.676	632.208	17.177	-	-	-	-
SubTotal				24.563	16.460	-	24.563	-	16.460
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				245	230	-	-	-	-
Resultado Total em Swaps		1.655.957	2.187.192	(15.577)	(8.303)	41.737	26.160	57.892	49.589

⁽¹⁾ VaR com horizonte temporal de 1 dia, com nível de confiança de 95%

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, estas mesmas posições consolidadas, agrupadas por contraparte, são demonstradas abaixo:

Descrição	Valor de referência (nacional) em		Valor justo em		Saldos patrimoniais em		Saldos patrimoniais em	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012		31/12/2011	
					A pagar	A receber	A pagar	A receber
Swaps em Moeda Estrangeira								
Contrapartes								
BTG Pactual	-	234.987	-	(16.817)				
Itaú BBA	262.263	309.545	(6.405)	(14.651)				
JP Morgan	-	140.685	-	(3.092)				
UBS Pactual	211.390	-	(15.661)	-				
Merrill Lynch	51.087	70.343	(672)	(1.079)				
Standard Bank	102.175	140.685	(8.621)	(10.061)				
Standard Chartered	68.962	202.691	(5.031)	(6.248)				
SubTotal			(36.390)	(51.948)	36.390	-	51.948	-
Swaps de Taxas e Índices								
Contrapartes								
Banco do Brasil		317.000	-	11.493				
HSBC		9.984	-	109				
SubTotal				11.602	-	-	-	11.602
Swaps de Moedas - NDF								
Contrapartes								
Posição Comprada em R\$ x US\$								
Itaú BBA	-	56.274	-	4.950				
Posição Vendida em R\$ x US\$								
Itaú BBA	62.960	172.030	(1.737)	(5.944)				
Votorantim	108.142	-	231	-				
Posição Comprada em US\$ x ARS								
Itaú BBA	4.826	11.818	(0)	7				
SubTotal			(1.506)	(987)	1.737	231	5.944	4.957
Swaps de Commodities - Celulose								
Contraparte								
Nordea Bank Finland P/C	62.960	133.369	1.307	16.570				
Standard Chartered	108.142	-	(3.551)	-				
SubTotal			(2.244)	16.570	3.551	1.307	-	16.570
Outros								
Contraparte								
JP Morgan	613.050	412.676	24.563	16.460	-	-	-	-
SubTotal			24.563	16.460	-	24.563	-	16.460
Resultado Total em Swaps	1.655.957	2.212.087	(15.577)	(8.303)	41.678	26.101	57.892	49.589

4.10 Derivativos liquidados

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as posições de derivativos liquidadas acumuladas, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são demonstradas abaixo:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência acumulado (nacional) em		Valor justo (de liquidação) acumulado em	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Swaps em Moeda Estrangeira Posição Ativa - US\$ <i>Libor</i> Posição Passiva - US\$ Taxa Pré	2011: Jan/11 a Dez/11 2012: Jan/12 a Dez/12	942.840 942.840	2.640.603 2.640.603		
SubTotal				(26.870)	(35.180)
Swaps de Taxas e Índices Posição Ativa - R\$ Taxa Pré Posição Passiva - % DI	2011: Mar/11 a Dez/11 2012: Jan/12 a Jun/12	- -	619.984 619.984		
SubTotal				14.972	(339)
Swaps de Moedas Posição Vendida em R\$ x US\$ Posição Comprada em R\$ x US\$ Posição Comprada em US\$ x ARS	2011: Jan/11 a Dez/11 2012: Jan/12 a Dez/12	325.451 - 164.798	699.680 2.115.952 -	(13.853) (1.920)	
SubTotal				(15.773)	1.022
Opções de Moedas Posição lançadora em R\$ x US\$ - Venda Posição titular em R\$ x US\$ - Compra Posição vendida em <i>put</i> (R\$/US\$)	2011: Mai/11	- -	39.028 39.028		
SubTotal				-	6.918
Swaps de Commodities Posição Vendida em Celulose BHKP	2011: Jan/11 a Dez/11 2012: Jan/12 a Dez/12	62.682	75.422		
SubTotal				4.225	(4.112)
Swaps de Commodities Posição Comprada em Petróleo	2011: Jan/11 a Nov/11 2012: Jan/12 a Jul/12	12.866	299.238		
SubTotal				(1.489)	1.770
Outros Posição Ativa - Cupom Cambial Posição Ativa - Libor + Spread Posição Passiva - US\$ Libor Fixada Posição Passiva - R\$ x US\$	2011: Mar/11 a Dez/11 2012: Jan/12 a Dez/12	81.167 - 81.167 -	69.200 484.400 69.200 484.400		
SubTotal				3.179	3.074
Resultado Total em Swaps				(21.756)	(26.847)

4.11 Gestão do capital

O objetivo principal da Administração de capital da Suzano é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Financiamentos e empréstimos	8.628.485	6.537.798	10.017.275	7.888.105
Debêntures	701.829	855.600	701.829	855.600
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.718.081)	(3.089.769)	(4.337.608)	(3.273.938)
Dívida Líquida	5.612.233	4.303.629	6.381.496	5.469.767
Patrimônio Líquido	11.002.078	9.673.549	11.002.078	9.673.549
Patrimônio Líquido e dívida líquida	16.614.311	13.977.178	17.383.574	15.143.316

4.12 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo estão apresentados de acordo com os níveis definidos a seguir:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços); e
- Nível 3 – *Inputs* para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

		Consolidado		
	Valor contábil em 31/12/2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e bancos	605.566	605.566	-	-
Aplicações Financeiras	3.195.931	-	3.195.931	-
Fundo Exclusivo Paperfect	436.819	-	436.819	-
Fundo Exclusivo Report	99.292	99.292	-	-
Derivativos	26.160	-	24.853	1.307
		704.858	3.657.603	1.307
Passivos				
Derivativos	41.737	-	38.186	3.551
		-	38.186	3.551

		Consolidado		
	Valor contábil em 31/12/2011	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e bancos	188.370	188.370	-	-
Aplicações Financeiras	1.995.474	-	1.995.474	-
Fundo Exclusivo Paperfect	943.035	-	943.035	-
Fundo Exclusivo Report	147.059	147.059	-	-
Derivativos	49.589	-	33.019	16.570
		335.429	2.971.528	16.570
Passivos				
Derivativos	57.892	-	57.892	-
		-	57.892	-

4.13 Garantias

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui garantias vinculadas a operações de contas a receber consolidado referente a exportações no valor de US\$215.356, que corresponde nessa data a R\$440.080.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	18.257	24.377	605.566	188.370
Aplicações financeiras	3.163.713	1.975.298	3.195.931	1.995.474
Fundos exclusivos	536.111	1.090.094	536.111	1.090.094
	3.718.081	3.089.769	4.337.608	3.273.938

Em 31 de dezembro de 2012, as aplicações consolidadas e os fundos eram remuneradas a taxas que variavam de 90,0% a 110,0% do CDI (31 de dezembro de 2011, remuneração entre 99,0% e 112,0%), exceto para uma parcela em Operações Compromissadas que, por serem aplicações com liquidez diária, possuem remuneração de 75% do CDI.

As aplicações dos fundos de investimento multimercado são diversificadas em Certificados de Depósito Bancário ("CDB"), aplicações compromissadas e cotas de outros fundos de investimento não exclusivos com liquidez imediata. Os fundos são administrados pelo Banco BTG Pactual S/A ("Banco BTG"), cujas carteiras estão abaixo apresentadas:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Fundo Exclusivo Paperfect		
Aplicação CDB	112.848	726.052
Aplicações Compromissadas	324.763	217.026
Deduções ⁽¹⁾	(792)	(43)
	436.819	943.035
Fundo Exclusivo Report		
Fundos de investimento	99.411	147.069
Deduções ⁽¹⁾	(118)	(10)
	99.292	147.059
	536.111	1.090.094

⁽¹⁾ Inclui despesas com auditoria, taxa de administração e imposto de renda retido na fonte.

6 Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Clientes no País				
- Terceiros	587.681	531.959	591.881	542.172
- Empresas controladas	548	-	-	-
- Partes relacionadas ⁽¹⁾	27.326	22.149	27.326	22.149
Clientes no exterior				
- Terceiros	25.396	21.195	505.104	503.516
- Empresas controladas	1.243.192	847.231	-	-
- Partes relacionadas ⁽¹⁾	-	-	2.604	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.948)	(24.880)	(24.239)	(26.425)
	<u>1.862.195</u>	<u>1.397.654</u>	<u>1.102.676</u>	<u>1.041.412</u>

⁽¹⁾ Vide Nota 10.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes vencidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valores vencidos:				
- Até dois meses	16.230	11.178	22.737	20.156
- De dois meses a seis meses	12.407	2.477	10.928	2.915
- Mais de seis meses	34.576	35.797	38.181	38.669
	<u>63.213</u>	<u>49.452</u>	<u>71.846</u>	<u>61.740</u>

A seguir estão demonstradas as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	(24.880)	(20.401)	(26.425)	(24.001)
Demais movimentações	-	(5.219)	-	(5.219)
Créditos provisionados no período	(5.077)	(4.333)	(5.145)	(5.093)
Créditos recuperados no período	860	874	860	1.600
Créditos baixados definitivamente da posição	7.149	4.199	7.149	6.518
Variação cambial	-	-	(678)	(230)
Saldo final	<u>(21.948)</u>	<u>(24.880)</u>	<u>(24.239)</u>	<u>(26.425)</u>

7 Estoques

A composição dos Estoques, líquido da provisão para perdas, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Produtos acabados				
Celulose				
- País	25.202	16.376	25.202	16.376
- Exterior	-	-	97.630	81.187
Papel				
- País	164.518	141.885	164.518	141.885
- Exterior	-	-	46.285	53.344
Produtos em elaboração	18.509	17.298	18.509	17.298
Matérias-primas	216.608	200.455	216.608	200.624
Materiais de almoxarifado e outros	108.555	120.739	114.998	125.409
	533.392	496.753	683.750	636.123

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de Matérias Primas e Materiais para Almoxarifado e outros estão líquidos de provisão para perdas no montante de R\$ 1.839 e R\$ 17.582 na Controladora e Consolidado, respectivamente (31 de dezembro de 2011, R\$ 9.193 e R\$ 20.254, respectivamente).

A Companhia informa que não foram disponibilizados Estoques para penhor ou garantia a passivos para os períodos apresentados.

8 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido

8.1 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda	80.360	61.875	86.007	62.949
Contribuição Social	11.467	23.205	13.097	23.293
	91.827	85.080	99.104	86.242

Em 31 de dezembro de 2012, o montante antecipado de imposto de renda e contribuição social com base na apuração do lucro real por estimativa na Controladora é de R\$32.850 e R\$11.305, respectivamente (31 de dezembro de 2011, R\$29.777 e R\$23.138, respectivamente).

8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinado em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda				
Créditos sobre prejuízos fiscais	523.751	425.952	524.496	426.637
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões	153.106	131.364	153.156	131.414
- Créditos sobre amortizações de ágios	6.897	17.618	6.897	17.618
Créditos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	158.771	164.153	158.857	164.155
	842.525	739.087	843.406	739.824
Contribuição social				
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	79.409	45.461	79.409	45.496
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões	54.866	47.039	54.884	47.057
- Créditos sobre amortizações de ágios	2.483	6.343	2.483	6.343
Créditos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	57.158	59.095	57.158	59.095
	193.916	157.938	193.934	157.991
Total ativo	1.036.441	897.025	1.037.340	897.815
Imposto de renda				
Débitos sobre depreciação acelerada incentivada	582.481	578.979	582.481	578.979
Débitos sobre amortização de ágios	106.644	80.564	106.644	80.564
Custos de reflorestamento	-	640	-	640
Débitos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	1.376.952	1.414.352	1.466.112	1.503.472
	2.066.077	2.074.535	2.155.237	2.163.655
Contribuição social				
Débitos sobre amortização de ágios	38.392	29.003	38.392	29.003
Custos de reflorestamento	-	231	-	231
Débitos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	495.703	509.166	527.801	541.249
	534.095	538.400	566.193	570.483
Total passivo	2.600.172	2.612.935	2.721.430	2.734.138
Total líquido ativo não circulante	-	-	813	685
Total líquido passivo não circulante	1.563.731	1.715.910	1.684.903	1.837.008
	1.563.731	1.715.910	1.684.090	1.836.323

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social está abaixo demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízos fiscais	2.095.004	1.703.808	2.097.982	1.706.546
Base negativa da contribuição social	882.317	505.128	882.317	505.520

8.3 Incentivos fiscais

A Companhia possui incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2018, calculado com base no lucro da exploração proporcional às receitas líquidas de celulose da unidade incentivada de Mucuri/BA. O resultado obtido com este benefício fiscal é a redução da despesa de imposto de renda e, na distribuição dos resultados do exercício, o montante reduzido da despesa é destinado à conta de reserva de capital, conforme disposição legal. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Companhia apurou prejuízo fiscal, portanto não houve efeito na redução do imposto.

A unidade fabril de Mucuri/BA está situada em microrregião menos desenvolvida em área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Por isso, possui o benefício da depreciação acelerada incentivada, para fins fiscais, que consiste na depreciação integral dos bens de ativo imobilizado quando do início das atividades operacionais desta unidade. A depreciação acelerada incentivada representa o diferimento do pagamento do Imposto de Renda e não alcança a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Este benefício fiscal é controlado no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, portanto, não afeta a despesa de depreciação contabilizada desses ativos nos anos subsequentes.

8.4 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(322.755)	(112.356)	(310.984)	(98.305)
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(33.613)	45.763	-	-
Prejuízo após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(356.368)	(66.593)	(310.984)	(98.305)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	121.165	22.642	105.735	33.424
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Tributação de lucros de controladas no exterior	(1.353)	-	-	-
Ganho na aquisição Conpacel/KSR	-	57.694	-	57.694
Efeito cambial de conversão das demonstrações contábeis de controladas no exterior	-	-	41	(25.029)
Efeito fiscal sobre os ajustes da Lei 11.941/09 e IFRS	18.310	23.952	12.647	30.511
Juros sobre capital próprio	-	32.640	-	32.640
Incentivo fiscal - Inovação tecnológica	-	7.247	-	7.247
Incentivo fiscal - Reinvestimento - Lei 8.167/91	9.534	-	9.534	-
Outros	(7.027)	(1.928)	901	(8.291)
Imposto de renda				
Corrente	9.483	3.349	240	(4.485)
Diferido	96.431	107.755	96.458	104.375
	105.914	111.104	96.698	99.890
Contribuição social				
Corrente	-	(2.029)	(2.520)	(3.408)
Diferido	34.715	33.172	34.680	31.714
	34.715	31.143	32.160	28.306
Receita de imposto de renda e contribuição social nos resultados dos exercícios	140.629	142.247	128.858	128.196

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia apurou prejuízo fiscal, portanto, não há alíquota efetiva para os exercícios apresentados.

9 Demais Impostos a Recuperar

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PIS e COFINS a recuperar	(a)	218.923	142.796	218.965	142.796
ICMS a recuperar	(b)	153.929	135.504	156.765	145.039
Provisão para perdas de créditos de ICMS	(b)	(10.892)	(9.395)	(10.892)	(9.395)
Outros impostos e contribuições		39.782	15.643	39.934	15.795
		401.742	284.548	404.772	294.235
Parcela circulante		166.347	169.120	169.334	178.759
Parcela não circulante		235.395	115.428	235.438	115.476

a) Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)

O montante de PIS e COFINS refere-se substancialmente aos créditos sobre serviços e aquisição de ativo imobilizado da unidade industrial de Imperatriz-MA, cujo creditamento será baseado no prazo de depreciação desses ativos. O início das operações desta unidade está previsto para o quarto trimestre do ano de 2013.

Em 2 de agosto de 2011, através da Medida Provisória nº 540/2011, os créditos gerados pela aquisição de máquinas e equipamentos novos no mercado interno ou importados sofreram alteração na sistemática de sua utilização. Os créditos gerados na aquisição desses ativos serão compensados em 11 parcelas mensais e sucessivas, sendo gradativamente reduzido o número de parcelas para compensação até julho/2012 quando o crédito estará disponível para compensação no próprio mês da aquisição. Os saldos existentes na entrada em vigor desta medida serão compensados conforme estabelecido pela legislação anterior.

A Companhia realizará tais créditos, com débitos advindos das atividades comerciais e através da compensação com outros impostos federais.

b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (“ICMS”)

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$90.768 da unidade de Mucuri - BA (31 de dezembro de 2011, o montante de R\$78.294), deve-se essencialmente pelo não aproveitamento de créditos nas saídas de exportação de celulose e de papel, isentas de tributação. Para a realização desses créditos a Companhia solicitou processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, sendo que já se encontram homologados por este órgão o montante de R\$37.901. Os montantes homologados podem ser utilizados para compensações autorizadas pelo Regulamento do ICMS do Estado da Bahia ou negociados em mercado ativo, para o

qual considera-se um deságio médio aproximado 12% sobre o valor do crédito. A Companhia constituiu provisão para perda parcial desses créditos no montante de R\$10.892 (31 de dezembro de 2011, o montante de R\$9.395).

10 Partes Relacionadas

A Política da Companhia para realização de operações e negócios com partes relacionadas determina que tais operações observem os preços e condições usuais de mercado, bem como as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

a) Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Transações	Natureza da principal operação	Ativo		Passivo		Resultado		
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante e Patrimônio Líquido	Receitas (despesas)		
Com empresas controladas								
Suzano Trading	Venda de papel e celulose	1.237.707	(2) -	34.141	(1) 1.297.041	(1) 2.161.816	(2)	
Suzano Europa	Compartilhamento de despesas	-	-	16	-	-		
Paineiras	Compra de energia elétrica	741	-	6.431	-	-	(30.357)	(5)
Stenfar	Venda de papel	6.876	(2) -	47	-	-	13.363	(2)
Ondurman	Arrendamento de terras	1.210	1.025	(3) -	-	-	(12.406)	
Amulya	Arrendamento de terras	-	2.336	(3) -	-	-	(9.162)	
Asapir	Compartilhamento de despesas	-	-	20.275	-	-	-	
SER	AFAC e Compartilhamento de despesas	78	24.000	(3) -	-	-	-	(5)
Futuragene	Compartilhamento de despesas	142	-	-	-	-	242	
		1.246.754	27.361	60.910	1.297.041		2.123.492	
Com partes relacionadas								
Suzano Holding	Debêntures e concessão de fianças	297	-	1.557	278	-	(50.939)	
Agaprint	Venda de papel	9.878	-	-	-	-	20.787	(2)
Central	Venda de papel	17.127	-	15.310	(4) -	-	64.689	(2)
Nemonorte	Consultoria imobiliária	-	-	-	-	-	(1.833)	
Mabex	Serviços de aeronave	-	-	-	-	-	(583)	
Lazam	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	-	-	-	(578)	
Ecofuturo	Serviços sociais	12	-	-	-	-	(4.157)	
Bexma	Compartilhamento de despesas	12	-	-	-	-	9	
IPLF Holding	Compartilhamento de despesas	-	-	504	-	-	-	
Arimax	Serviços Sociais	-	-	-	-	-	(494)	
Fundo Exclusivo Paperfect	Fundo de investimento exclusivo	436.819	-	-	-	-	33.271	
Fundo Exclusivo Report	Fundo de investimento exclusivo	99.292	-	-	-	-	14.555	
Premesa	Investimento em ações	66	-	-	-	-	-	
Acionistas	Dividendos e Juros s/ capital próprio	-	-	627	-	-	(8.860)	
		563.503	-	17.998	278		65.868	
Entre partes relacionadas								
Stenfar	Compartilhamento de despesas	2.604	(6) -	-	-	-	143	
IPLF Holding	Compartilhamento de despesas	-	-	2.604	(6) -	-	-	
		2.604	-	2.604	-		143	
		1.812.860	27.361	81.512	1.297.319		2.189.502	

b) Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Transações	Natureza da principal operação	Ativo		Passivo		Resultado		
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante e Patrimônio Líquido	Receitas (despesas)		
Com empresas controladas								
Suzano Trading	Venda de papel e celulose	844.652	(2) -	54.773	(1) 1.237.493	(1) 2.147.085	(2)	
Suzano Europa	Compartilhamento de despesas	-	-	16	-	-		
Paineiras	Compra de energia elétrica	12	-	5.953	-	-	(31.250)	(5)
Stenfar	Venda de papel	3.886	(2) -	22	-	-	31.770	(2)
Ondurman	Arrendamento de terras	-	926	(3) -	-	-	(12.387)	
Amulya	Arrendamento de terras	-	1.650	(3) -	-	-	(7.422)	
Asapir	Compartilhamento de despesas	-	-	17.330	-	-	-	
SER	Compartilhamento de despesas	46	25.364	-	-	-	-	
Futuragene	Compartilhamento de despesas	3.784	-	-	-	-	2.567	
		852.380	27.940	78.094	1.237.493		2.130.363	
Com partes relacionadas								
Suzano Holding	Debêntures e concessão de fianças	12	228	19.588	435.223		(43.397)	
Agaprint	Venda de papel	7.803	-	4.047	(4) -	-	29.024	(2)
Central	Venda de papel	14.346	-	13.632	(4) -	-	54.963	(2)
Nemonorte	Consultoria imobiliária	-	-	-	-	-	(521)	
Mabex	Serviços de aeronave	-	-	-	-	-	(571)	
Lazam	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	-	-	-	(277)	
Ecofuturo	Serviços sociais	-	8	-	-	-	(4.909)	
IPLF Holding	Compartilhamento de despesas	-	-	504	-	-	-	
Arimax	Serviços sociais	-	-	-	-	-	(425)	
Fundo Exclusivo Paperfect	Fundo de investimento exclusivo	943.035	-	-	-	-	101.256	
Fundo Exclusivo Report	Fundo de investimento exclusivo	147.059	-	-	-	-	15.742	
Acionistas	Dividendos e Juros s/ capital próprio	-	-	83.869	-	-	-	
		1.112.255	236	121.639	435.223		150.885	
Entre partes relacionadas								
Stenfar	Compartilhamento de despesas	3.986	(6) -	-	-	-	612	
Clion	Compartilhamento de despesas	-	-	3.986	(6) -	-	-	
		3.986	-	3.986	-	-	612	
		1.968.621	28.176	203.719	1.672.716		2.281.859	

(1) Refere-se, principalmente, a “Notes due 2021” e financiamento de importação captados pela controlada Suzano Trading e repassados à Companhia em operações de pré-pagamento de exportação;

(2) Refere-se a operações comerciais de venda de papel e celulose;

(3) Adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”).

(4) Refere-se a operações de vendor que estão classificadas como financiamentos e empréstimos (Nota 18).

(5) Refere-se a operações de venda de energia elétrica e arrendamento de terras.

(6) Refere-se a compartilhamento de despesas realizado entre a controlada Stenfar e parte relacionada Clion, adquirida pela IPLF Holding em outubro de 2012.

Legenda do nome das empresas:

Agaprint Indl. e Coml. Ltda (“Agaprint”)

Amulya Empreendimentos Imobiliários Ltda (“Amulya”)

Bexma Comercial Ltda (“Bexma”)

Central Distribuidora de Papéis Ltda (“Central”)

Clion Polímeros S.A. (“Clion”)

Comercial e Agrícola Paineiras Ltda (“Paineiras”)

Fundação Filantrópica Arimax (“Arimax”)

Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Paperfect (“Fundo Exclusivo Paperfect”)

Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Report (“Fundo Exclusivo Report”)

Futuragene Brasil Tecnologia Ltda ("Futuragene")
 Instituto Ecofuturo – Futuro para o Desenvolvimento Sustentável ("Ecofuturo")
 IPLF Holding S.A ("IPFL Holding")
 Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A. ("Lazam")
 Mabex Representações e Participações Ltda ("Mabex")
 Nemonorte Imóveis e Participações Ltda ("Nemonorte")
 Premesa S.A ("Premesa")
 Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda ("Ondurman")
 Stenfar S.A Indl. Coml. Imp. Y. Exp. ("Stenfar")
 Suzano Energia Renovável S.A. ("SER")
 Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding")
 Suzano Pulp and Paper Europe S.A. ("Suzano Europa")
 Suzano Trading Ltd. ("Suzano Trading")

As transações com controladas e partes relacionadas estão registradas nas seguintes rubricas do balanço:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldos a receber					
Caixa e equivalentes de caixa	5	536.111	1.090.094	536.111	1.090.094
Clientes	6	1.271.066	869.380	29.930	22.149
Créditos com Controladas - circulante		3.014	5.149	-	-
Créditos com Controladas - não circulante		27.361	27.940	-	-
Créditos com outras partes relacionadas - circulante		66	12	66	3.998
Créditos com outras partes relacionadas - não circulante		-	236	-	236
		1.837.618	1.992.811	566.107	1.116.477
Saldos a pagar					
Debêntures	19	(81)	(69.395)	(81)	(69.395)
Debêntures 5ª Emissão (Patrimônio Líquido)		(278)	(385.004)	(278)	(385.004)
Dividendos e JCP a Pagar		(627)	(83.869)	(627)	(83.869)
Empréstimos e Financiamentos	18	(16.786)	(18.090)	(16.786)	(18.090)
Fornecedores		(504)	(504)	(504)	(504)
Passivos com parte relacionada - circulante		(60.910)	(78.094)	-	-
Passivos com parte relacionada - não circulante		(1.297.041)	(1.237.493)	-	-
		(1.376.227)	(1.872.449)	(18.276)	(556.862)
		461.391	120.362	547.831	559.615

c) Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2012, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e determinados executivos, reconhecidas no resultado do exercício, totalizaram R\$49.433 na Controladora e R\$55.318 no Consolidado (31 de dezembro de 2011, os montantes de R\$45.890 e R\$48.251, respectivamente).

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Benefícios de Curto Prazo	(i)	43.794	44.266	48.764	46.510
Salário ou Pró-Labore		20.813	17.559	23.020	18.955
Benefícios Direto ou Indireto		2.801	1.568	2.940	1.857
Bônus		20.180	25.139	22.804	25.698
Benefícios de Longo Prazo	(ii)	5.639	1.624	6.554	1.741
Plano de Remuneração baseado em Ações		5.639	1.624	6.554	1.741
Total		49.433	45.890	55.318	48.251

(i) incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS) e remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, previdência privada e benefícios (veículo, assistência médica, vale refeição, vale alimentação, seguro de vida).

(ii) Incluem o Plano de Opções de Compra de Ações e Ações Fantasma, destinado aos executivos e membros-chaves da administração, conforme regulamentos específicos (vide Nota 23).

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia revisou os saldos apresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para fins de alinhamento de critério com os saldos apresentados no exercício corrente.

11 Ativos Biológicos

A seguir demonstramos a movimentação dos ativos biológicos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.809.670	1.811.094
Adições (1)	592.301	561.601
Acervo da aquisição do Conpacel	212.976	212.976
Cortes efetuados no período	(199.744)	(199.744)
Ganho na atualização do valor justo	20.458	20.458
Transferências	5.385	5.385
Outras baixas	(3.163)	(5.175)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.437.883	2.406.595
Adições (1)	525.942	504.373
Cortes efetuados no período	(218.371)	(218.371)
Perda na atualização do valor justo	(9.423)	(9.423)
Transferências (2)	(38.632)	(38.632)
Outras baixas	(602)	(602)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.696.797	2.643.940

1) No processo de consolidação de balanços foram eliminados os custos com arrendamento de terras na formação florestal incorridos com controladas.

2) Gastos com benfeitorias das terras reclassificadas para o Imobilizado.

A determinação de um valor justo para os ativos biológicos florestais constitui-se num exercício de julgamento e estimativa complexo que requer entendimento do negócio da Companhia, da utilização desse ativo no processo produtivo, das oportunidades e restrições de uso da madeira e, ainda, do ciclo de formação e crescimento da floresta.

O volume de madeira negociado no mercado pela Companhia não é suficiente para representar, adequadamente, o preço da madeira de eucalipto no mercado para fins de determinação do valor justo (*fair value*) das florestas.

A Companhia, para determinação do valor justo dos seus ativos levou em consideração todos os custos compreendendo a implantação, reforma e manutenção líquidos dos impostos.

A avaliação das florestas de eucalipto foi realizada através do método do *Income Approach*, baseado no fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, para refletir o modelo econômico de uma unidade de negócio exclusiva de plantio de madeira de eucalipto.

No fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, as projeções dos fluxos esperados pela expectativa de produção de madeira em pé com casca, existente na data-base dos balanços, consideraram um ciclo médio de formação da floresta de 7 anos, produtividade média obtida pelo Incremento Médio Anual ("IMA") de 36,8 m³ / hectare (31 de dezembro de 2011, 41,6 m³ / hectare) e os custos de formação florestal até o momento apropriado de corte da madeira em pé (ponto de colheita, ou seja, ativos maduros). O preço líquido médio de venda considerado foi de R\$50,20 / m³ (31 de dezembro de 2011, R\$58,72 / m³). A taxa de desconto utilizada foi de 8,5%. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detinha 30.021 hectares de área plantada considerados ativos maduros e 298.127 hectares considerados imaturos, perfazendo um total de 328.148 mil hectares plantados elegíveis ao cálculo.

A Companhia administra os riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Nos casos de riscos relacionados a sinistros decorrentes de incêndios é feito o monitoramento constante através de torres de observação estrategicamente posicionadas, com utilização de sistemas de alarmes de incêndios e brigadas de incêndio treinadas para combater os focos nas áreas florestais. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área especializada em fisiologia e fitossanidade da Companhia, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

A Companhia não possui nenhum tipo de subvenção governamental relacionado ao plantio de árvores (ativos biológicos).

O valor justo dos ativos biológicos é calculado anualmente. Os efeitos da atualização são registrados na rubrica de outras receitas operacionais e sua realização mensal, através da exaustão, na rubrica de custo dos produtos vendidos. A Companhia não possui Ativos Biológicos dados em garantia nas datas destas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2012, o ajuste do valor justo apurado foi uma perda de R\$9.423 (31 de dezembro de 2011, um ganho de R\$20.458).

12 Créditos a Receber de Precatório por Ação Indenizatória

Em 01 de Julho de 1987, a Companhia Santista de Papel, uma das empresas do antigo grupo Ripasa (transformada em Conpacel), ajuizou Ação Indenizatória por Desapropriação Indireta, visando a obter indenização em virtude de imóvel de sua propriedade ter sido declarado como área de utilidade pública (imóvel atingido pelo Parque Estadual da Serra do Mar). Em 02 de dezembro de 2004, o processo transitou em julgado com ganho de causa para a Companhia que, inclusive, efetuou a baixa contábil do ativo.

Em 28 de janeiro de 2008, a 2ª. Vara de Cubatão expediu ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça para requerer a adoção das providências necessárias à requisição da importância em favor da Companhia, através da emissão de precatório a ser liquidado em 10 (dez) parcelas anuais, iguais e sucessivas (2010 a 2019), parcelas estas devidamente atualizadas pelos índices fixados na respectiva decisão judicial. Em 20 de abril de 2010, a Companhia efetuou o levantamento da primeira parcela que estava depositada judicialmente, sendo que o pagamento das demais parcelas continua a ser demandado nos autos da respectiva Ação Indenizatória.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o saldo desse recebível é de R\$56.721, registrado no ativo não circulante.

13 Programa de Fomento

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos adiantamentos de recursos financeiros e de insumos para fomentados totaliza o montante de R\$293.773, classificados no ativo circulante e não circulante (31 de dezembro de 2011, o montante de R\$294.936).

O programa de fomento é um sistema onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para fornecimento de produto agrícola (madeira) à Companhia, não estando estes adiantamentos sujeitos a avaliação pelo valor justo.

14 Aquisição de Ativos Líquidos

A Companhia concluiu a aquisição da participação detida pela Fibria nos ativos líquidos do Conpacel e da KSR realizada em 31 de janeiro e 28 de fevereiro de 2011, respectivamente, que compreendem 50% da fábrica de papel e celulose em Limeira, terras próprias, plantio próprio e arrendado do Conpacel e 100% das operações de distribuição de papel KSR.

Apresentamos abaixo os saldos contábeis dos ativos totais líquidos do Conpacel e KSR nas datas em que a Companhia assumiu o controle:

ATIVO	CONPACEL	KSR	TOTAL	PASSIVO	CONPACEL	KSR	TOTAL
	31/1/2011	28/2/2011			31/1/2011	28/2/2011	
Circulante	73.860	90.791	164.651	Circulante	45.955	22.022	67.977
Contas a receber	-	42.635	42.635	Fornecedores	24.981	17.067	42.048
Estoques	71.926	42.545	114.471	Impostos e Taxas	2.542	-	2.542
Impostos a compensar	-	4.554	4.554	Salários e Encargos	11.674	997	12.671
Outras contas a receber	1.044	67	1.111	Contas a Pagar	6.758	3.958	10.716
Despesas Antecipadas	890	990	1.880				
Não circulante	1.120.928	2.489	1.123.417	Acervo líquido adquirido	1.148.833	71.258	1.220.091
Créditos por Fomento	15.028	-	15.028				
Imobilizado	1.102.478	2.489	1.104.967				
Intangível	3.422	-	3.422				
TOTAL	<u>1.194.788</u>	<u>93.280</u>	<u>1.288.068</u>	TOTAL	<u>1.194.788</u>	<u>93.280</u>	<u>1.288.068</u>

A Companhia, para determinação do tratamento contábil desta transação de aquisição de acervos líquidos utilizou orientações do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e, considerando os seguintes fatores: i) o negócio de distribuição de papel da KSR é complementar ao de fabricação de papel e celulose do Conpacel, uma vez que este não possui estrutura comercial de vendas própria; ii) o processo de negociação desses ativos foi conduzido de forma conjunta pela administração das empresas; e iii) os negócios de distribuição de papel da KSR seriam fortemente impactados quando desvinculados dos produtos fabricados pelo Conpacel, concluiu com base na nossa análise que se trata de uma única transação do segmento de papel da Companhia de aquisição de ativos líquidos e que constitui-se uma combinação de negócios, conforme estabelecido pela norma contábil acima mencionada.

Nesta transação foram apurados ganhos contábeis na alocação do preço pago e ganho sobre a participação anteriormente detida devido a utilização do conceito de valor justo de ativos e passivos assumidos, mensurados sob a perspectiva de um participante de Mercado, conforme determinado no CPC 15 (R1). O tratamento fiscal para os acervos líquidos adquiridos do Conpacel e KSR é de compra de estabelecimento e, por isso, a Companhia atribuiu a diferença entre o valor efetivamente pago e os acervos líquidos assumidos com valores contábeis históricos à determinados bens do ativo imobilizado, cujas depreciações futuras serão dedutíveis e fundamentam os ganhos apurados. Os ativos imobilizados anteriormente detidos no Conpacel, tiveram um novo custo atribuído de acordo com o CPC 37 (R1) e ICPC 10 na adoção das IFRS mas não produzem o benefício da dedutibilidade fiscal da depreciação devido a opção pelo Regime Transitório de Tributação ("RTT") feita pela Companhia.

Com esta transação a Companhia assumiu o controle sobre estes negócios e, por isso, aplicou os procedimentos previstos no CPC 15 (R1) para combinação de negócios realizada em estágios. A apuração do ágio ou ganho na alocação do preço pago, quando a combinação de negócios é realizada em estágios, é calculado conforme abaixo:

Montante pago pela aquisição do controle	1.509.031
Valor justo da parcela de ativos detida antes do controle	<u>1.457.811</u>
Total pago	2.966.842
Valor justo dos ativos líquidos totais ¹	3.005.904
Ganho na alocação do preço pago	<u><u>39.062</u></u>

¹ Para determinação do valor justo, a Companhia contratou especialistas independentes para identificação e mensuração dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos.

Conforme determinado pela norma, no caso de um ganho na alocação do preço pago, a entidade deve revisar todas as premissas utilizadas e mensurações realizadas para certificar-se do ganho apurado. A Companhia, realizou os procedimentos determinados pela norma, analisando os laudos dos especialistas externos e independentes com os seus especialistas internos e concluiu que os valores apresentados foram adequadamente mensurados. O ganho apurado representa 1,32% do total do investimento e foi reconhecido na rubrica de "Outras Receitas Operacionais".

Adicionalmente, para transações de combinação de negócios realizada em estágios a norma estabelece que o adquirente deve apurar o ganho ou perda da parcela anteriormente detida (50%) do Conpacel, comparando o valor contábil com o valor justo desses ativos na data da aquisição, o qual está abaixo apresentado:

Valor justo da parcela de ativos detida antes do controle	1.457.811
Valor contábil da parcela de ativos anteriormente detida	1.376.335
Ganho sobre a participação anterior	<u>81.476</u>

O valor contábil da parcela de ativos líquidos anteriormente detida é composto pelos valores registrados no Conpacel acrescidos dos ajustes da adoção inicial das IFRS, sendo o principal deles o de atribuição de um novo custo ("*Deemed Cost*") a determinados ativos do imobilizado, líquido da depreciação e exaustão. O valor justo destes ativos líquidos, na data da aquisição, considera todos os ativos e passivos identificados e mensurados nesta mesma data.

Os ativos intangíveis identificados e reconhecidos atenderam aos critérios de reconhecimento estabelecidos no CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e estão sendo amortizados desde a data de aquisição do controle, com base nas respectivas vidas úteis estimadas e estão apresentados na Nota 16.

Os principais ajustes decorrentes da atribuição do valor justo e do reconhecimento de passivos assumidos, estão abaixo apresentados:

Acervo líquido total inicial ao custo	1.220.091
Ativos intangíveis (Relacionamento com Clientes)	22.617
Ajuste ao valor justo sobre determinados bens do imobilizado	2.233.389
Passivo atuarial	(22.558)
Arrendamento Mercantil	(37.544)
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	72.363
Outros passivos	(4.462)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a base tributária dos ajustes	(477.992)
Acervo líquido total ao valor justo	<u>3.005.904</u>

15 Investimentos

Controladas	Informações das Controladas em 31/12/2012					Equivalência Patrimonial		Investimentos e Provisão para perda em investimentos	
	Participação Societária %	Saldo Patrimoniais			Resultado do exercício	Exercício findo em:		31/12/2012	31/12/2011
		Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido		31/12/2012	31/12/2011		
Controladas e controladas em conjunto diretas									
Asapir	50,00%	53.412	16.614	36.798	(4.102)	(2.051)	(886)	18.399	20.452
Paineiras	99,99%	614.953	165.879	449.074	10.774	10.773	5.569	449.029	438.256
Stenfar (b)	15,70%	58.948	50.110	8.838	(2.266)	(440)	(161)	1.388	1.827
Suzano Trading (a) / (b)	100,00%	2.667.268	2.600.706	66.562	25.767	28.990	(59.160)	66.396	36.421
Suzano America (b)	100,00%	134.078	116.053	18.025	1.338	2.707	3.124	18.025	15.316
Bahia Sul Holdings (b)	100,00%	14	6	8	(18)	(18)	(21)	8	24
Suzano Europa (b)	100,00%	371.704	349.208	22.496	2.571	4.643	4.258	22.496	17.851
Sun Paper (b)	100,00%	3.088	475	2.613	127	419	202	2.613	2.194
Ondurman	100,00%	76.833	70.661	6.172	3.312	3.312	1.316	6.171	2.861
Amulya	99,90%	60.905	59.266	1.639	1.448	1.447	189	1.636	191
SER	99,90%	49.807	31.720	18.087	(16.185)	(16.169)	(193)	18.068	(192)
Paineiras Logística	99,99%	-	-	-	-	-	-	-	-
Aanisan	99,88%	-	-	1	-	-	-	1	-
Epicares	99,88%	-	-	1	-	-	-	1	-
						33.613	(45.763)	604.231	535.201
Controladas indiretas									
Futuragene PLC.	100,00%	26.243	16.004	10.239	(33.377)	(31.373)	(16.733)	10.239	650
Stenfar (b)	84,30%	58.948	50.110	8.838	(2.266)	(2.360)	(863)	7.450	9.813
SER	0,10%	49.807	31.720	18.087	(16.185)	(16)	-	19	-
Amulya	0,10%	60.905	59.266	1.639	1.448	1	-	2	-
						(33.749)	(17.596)	17.710	10.463

(a) Em 31 de dezembro de 2012, o investimento nesta controlada considerava a exclusão de lucros nos estoques não realizados, líquidos dos efeitos fiscais, no montante de R\$165 (31 de dezembro de 2011, o montante de R\$112);

(b) Em 31 de dezembro de 2012, o resultado de equivalência patrimonial dessas controladas diretas e indiretas localizadas no exterior inclui um ganho com variação cambial no montante de R\$6.928 (31 de dezembro de 2011, o montante de R\$15.578);

Resumo da movimentação dos investimentos:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	535.201	580.383
Resultado de equivalência patrimonial e variação cambial	33.613	(45.571)
Provisão para perda em investimentos	-	(192)
Variação cambial em investidas (outros resultados abrangentes)	986	530
Aquisição de novos investimentos	2	-
Aumento de capital	34.429 (a)	51
Saldo final	604.231	535.201

a) Em 30 de março de 2012, foi aprovado aumento de capital na controlada SER no montante de R\$34.463, mediante capitalização do saldo existente de mútuo.

16 Imobilizado

	Controladora					
	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Outros Ativos	Terrenos e Fazendas	Obras em Andamento	Total do ativo imobilizado
Taxa média anual de depreciação	3,62%	5,06%	14,92%	-	-	-
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.452.935	9.546.035	122.764	3.052.682	117.860	14.292.276
Transferências	43.738	135.829	12.412	590	(190.983)	1.586
Acervo líquido da aquisição do Conpacel	237.664	671.469	11.275	592.355	15.731	1.528.494
Acervo líquido da aquisição da KSR	7.294	27	4.861	5.346	-	17.528
Adições (b)	50	21.944	5.511	71.346	893.326	992.177
Baixas (a)	(7.928)	(553.040)	(3.222)	(6.279)	-	(570.469)
Capitalização de Juros	-	-	-	-	4.275	4.275
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.733.753	9.822.264	153.601	3.716.040	840.209	16.265.867
Transferências (d)	(8.624)	245.176	9.105	81.815	(244.806)	82.666
Adições (b)	3	36.497	4.401	2.885	2.496.449	2.540.235
Baixas	(19.828)	(9.633)	(3.169)	(13.441)	-	(46.071)
Capitalização de Juros	-	-	-	-	41.242	41.242
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.705.304	10.094.304	163.938	3.787.299	3.133.094	18.883.939
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(435.659)	(3.386.576)	(95.740)	-	-	(3.917.975)
Transferências	7	(7)	(11.759)	-	-	(11.759)
Baixas	6.137	464.373	2.069	-	-	472.579
Depreciação	(42.798)	(362.526)	(9.155)	-	-	(414.479)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(472.313)	(3.284.736)	(114.585)	-	-	(3.871.634)
Transferências (d)	3.891	(2.826)	(126)	-	-	939
Baixas	12.270	6.857	2.688	-	-	21.815
Depreciação	(38.303)	(391.086)	(9.639)	-	-	(439.028)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(494.455)	(3.671.791)	(121.662)	-	-	(4.287.908)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.210.849	6.422.513	42.276	3.787.299	3.133.094	14.596.031
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.261.440	6.537.528	39.016	3.716.040	840.209	12.394.233

						Consolidado
	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Outros Ativos	Terrenos e Fazendas	Obras em Andamento	Total do ativo imobilizado
Taxa média anual de depreciação	3,62%	5,06%	14,92%	-	-	-
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.459.175	9.546.264	353.672	3.484.509	117.862	14.961.482
Transferências	43.738	135.830	12.419	590	(190.986)	1.591
Acervo líquido da aquisição do Conpacel	237.664	671.469	11.275	592.355	15.731	1.528.494
Acervo líquido da aquisição da KSR	7.294	27	4.861	5.346	-	17.528
Adições (b)	50	22.977	14.583	177.188	893.837	1.108.635
Baixas (a)	(7.928)	(553.040)	(3.211)	2.533	-	(561.646)
Capitalização de Juros	-	-	-	-	4.275	4.275
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (c)	1.739.993	9.823.527	393.599	4.262.521	840.719	17.060.359
Transferências (d)	(8.624)	245.176	(222.581)	82.776	(244.804)	(148.057)
Adições (b)	3	36.497	4.401	14.091	2.497.504	2.552.496
Baixas	(19.871)	(9.633)	(3.360)	(29.583)	-	(62.447)
Capitalização de Juros	-	-	-	-	41.242	41.242
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.711.501	10.095.567	172.059	4.329.805	3.134.661	19.443.593
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(441.567)	(3.386.753)	(128.426)	-	-	(3.956.746)
Transferências	7	(7)	(11.761)	-	-	(11.761)
Baixas	6.137	464.373	2.110	-	-	472.620
Depreciação	(42.833)	(362.537)	(17.507)	-	-	(422.877)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(478.256)	(3.284.924)	(155.584)	-	-	(3.918.764)
Transferências (d)	3.891	(2.413)	47.217	-	-	48.695
Baixas	12.306	6.857	2.781	-	-	21.944
Depreciação	(38.333)	(391.096)	(18.217)	-	-	(447.646)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(500.392)	(3.671.576)	(123.803)	-	-	(4.295.771)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.211.109	6.423.991	48.256	4.329.805	3.134.661	15.147.822
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.261.737	6.538.603	238.015	4.262.521	840.719	13.141.595

- a) Os valores de baixas inclui, além das baixas por alienação, baixa por obsolescência e sucateamento, o ajuste de valor justo dos ativos anteriormente detidos pela Companhia no Conpacel na data da aquisição do controle por conta da aplicação do critério de aquisição em estágios previsto no CPC 15 (R1) (Nota 14).
- b) As adições em Obras em Andamento referem-se substancialmente à construção da fábrica de celulose no Maranhão, com início das operações previsto para o quarto trimestre de 2013.
- c) A Companhia revisou os saldos iniciais de 31 de dezembro de 2011 e realizou uma reclassificação da classe de Máquinas e Equipamentos para a classe de Terrenos no montante de R\$377.685 no Consolidado. Esta reclassificação não produziu efeitos no total do Imobilizado e no montante de depreciação do período.
- d) As transferências são substancialmente compostas por: i) transferências de ativos mantidos para venda, anteriormente apresentados no ativo circulante, no montante líquido de R\$36.467 por não atenderem a todos os critérios especificados no CPC 31 – Ativo não-circulante mantido para venda e operação descontinuada; ii) transferência de R\$45.575 referente benfeitorias em fazendas anteriormente apresentado no Ativo Biológico e iii) transferência no montante líquido de (R\$185.033) para ativos mantidos para venda devido a disponibilização para venda da Participação no Consórcio Capim Branco Energia, referente às turbinas do Complexo Energético Amador Aguiar (Nota 33).

A classe de máquinas e equipamentos considera os montantes reconhecidos a título de arrendamento mercantil financeiro descritos na Nota 18.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou o teste anual de recuperação de seus ativos, não sendo identificada nenhuma evidência que denotasse a redução do valor recuperável dos ativos.

16.1 Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, no montante de R\$9.266.185 (31 de dezembro de 2011 o montante de R\$6.102.987).

16.2 Despesas Capitalizadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram capitalizados juros no montante de R\$41.242 referente aos recursos utilizados para investimentos na construção da nova fábrica do Maranhão (31 de dezembro de 2011 o montante de R\$4.275). O valor calculado considera as captações líquidas das aplicações à taxas médias de 86,30% do CDI.

17 Ativos Intangíveis

17.1 Ágio

	Controladora e Consolidado		
	B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A.	Paineiras Logística	Total
Custo contábil	46.427	10	46.437
Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008	(12.380)	-	(12.380)
Saldo residual em 31 de dezembro de 2012 e de 2011	34.047	10	34.057

17.2 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Vida útil em anos	Custo Contábil	Amortização Acumulada	Variação Cambial	Valores Residuais	
					31/12/2012	31/12/2011
KSR ^(a)						
Relacionamento com Clientes	5	22.617	(8.293)	-	14.324	18.848
Outros Intangíveis ^(b)						
Marcas e Patentes	10	2.108	(1.364)	-	744	853
Software	5	62.451	(48.136)	-	14.315	15.303
Saldo Controladora		87.176	(57.793)	-	29.383	35.004
Futuragene ^(a)						
Acordos de Pesquisa e Desenvolvimento	18.8	153.316 (c)	(22.631)	15.633	146.318	142.623
Outros Contratos de Licença	11.8	3.436 (c)	(811)	351	2.976	3.029
Outros Intangíveis ^(b)						
Software	5	71	(66)	-	5	8
Saldo Consolidado		243.999	(81.301)	15.984	178.682	180.664

a) Ativos intangíveis identificados no processo de aquisição desses investimentos. Foi utilizado o Método da Renda para avaliação desses ativos. Este método baseia-se no valor dos fluxos de caixa que o ativo deverá gerar no futuro, no decorrer de sua vida útil remanescente. Sua aplicação consiste de diversas etapas. Primeiro, projetam-se os fluxos de caixa que o ativo deverá gerar, o que envolve uma análise de dados financeiros e entrevistas com os integrantes da área operacional para estimar as receitas e despesas futuras da empresa. Em seguida, descontam-se os fluxos de caixa a valor presente através da aplicação de uma taxa de retorno que reflita o valor do dinheiro ao longo do tempo e o risco do ativo. O valor justo será então igual à soma do valor dos fluxos de caixa projetados ao do valor residual, ambos descontados a valor presente, ao final do período projetivo.

b) Saldos transferidos da Nota 16 Imobilizado.

c) Valor convertido pela taxa original do dólar na data da apuração do ganho na alocação do preço pago.

No exercício de 2012 foi amortizado os montantes de R\$10.338 na Controladora e R\$19.293 no Consolidado (2011, R\$11.003 e R\$ 15.810, respectivamente).

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não identificou nenhuma evidência que denotasse a redução do valor recuperável desses ativos.

18 Financiamentos e Empréstimos

Indexador		Taxa média anual de juros em 31/12/2012	Vencimentos	Controladora		Consolidado		
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Imobilizado:								
BNDES - Finem	TJLP (1) (2)	7,96%	2013 a 2022	1.863.415	1.868.598	1.888.985	1.913.674	
BNDES - Finem	Cesta de moedas / US\$ (2)	6,65%	2013 a 2022	1.093.467	587.237	1.103.240	587.237	
BNDES - Finame	Taxa fixa (2)	4,50%	2013 a 2019	4.529	5.430	4.529	5.430	
BNDES - Finame	Cesta de moedas (2)	-	-	-	8	-	8	
BNDES - Automático	TJLP (1) (2)	-	-	-	1.044	-	1.044	
BNDES - Automático	Cesta de moedas (2)	-	-	-	117	-	117	
FNE - BNB	Taxa fixa (2)	8,50%	2013 a 2017	93.800	111.887	93.800	111.887	
FINEP	Taxa fixa (2)	4,46%	2013 a 2020	56.555	41.818	56.555	41.818	
Crédito Rural	CDI / Taxa fixa	5,50%	2013	20.457	31.563	20.457	31.563	
Arrendamento mercantil financeiro	CDI / US\$	6,96%	2013 a 2022	61.021	86.385	61.021	86.385	
Capital de giro:								
Financiamentos de exportações	US\$	4,83%	2013 a 2021	1.998.656	2.267.573	1.998.656	2.338.378	
Financiamentos de Importações	US\$ (3)	1,15%	2013 a 2017	148.371	186.848	148.371	186.848	
Nordic Investment Bank	US\$ (4)	5,74%	2013 a 2018	68.488	73.337	68.488	73.337	
Nota de crédito de exportação	CDI (6)	7,84%	2015 a 2020	3.070.854	974.819	3.070.854	974.819	
Nota de crédito de exportação	US\$	-	-	-	65.765	-	65.765	
BNDES - EXIM	TJLP (1)	9,15%	2013	60.511	114.972	60.511	114.972	
Senior Notes	Taxa fixa (5)	5,88%	2021	-	-	1.335.465	1.222.627	
Desconto de Duplicatas-Vendor			2013	86.727	119.855	86.727	119.855	
Outros			2013	1.634	542	19.616	12.341	
				8.628.485	6.537.798	10.017.275	7.888.105	
Parcela circulante (inclui juros a pagar)				946.856	2.064.175	1.034.647	2.142.138	
Parcela não circulante				7.681.629	4.473.623	8.982.628	5.745.967	
Os financiamentos e empréstimos não circulantes vencem como segue:								
2013				-	1.050.990	-	1.084.879	
2014				625.266	593.790	625.266	627.679	
2015				808.142	655.057	808.142	664.571	
2016				1.838.590	661.032	1.838.590	665.095	
2017				1.807.478	366.128	1.807.478	366.128	
2018				963.990	576.787	963.990	576.787	
2019				749.341	257.173	749.341	257.173	
2020 em diante				888.822	312.666	2.189.821	1.503.655	
				7.681.629	4.473.623	8.982.628	5.745.967	

- 1) Termo de capitalização correspondente ao que exceder a 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") divulgada pelo Banco Central;
- 2) Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas da fábrica; (ii) propriedades rurais; (iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; (iv) aval de acionistas e (v) fiança bancária.
- 3) A Companhia assinou um contrato de financiamento junto aos Bancos BNP Paribas e Société Générale, na proporção de 50% para cada um, no valor de US\$150 milhões, com o objetivo de financiar equipamentos importados para o Projeto Mucuri - BA. Este contrato possui cláusulas determinando a manutenção dos seguintes níveis máximos de alavancagem: (a) razão entre endividamento líquido consolidado e EBITDA não superior ou igual a 3,5, e (b) razão entre endividamento líquido consolidado e patrimônio líquido consolidado não superior ou igual a 1,5, durante o prazo de vigência da dívida, cuja verificação acontece no encerramento de cada exercício social. Com relação ao exercício social de 2012, a Companhia obteve anuência dos credores para o cumprimento dos mesmos em níveis diferentes do estabelecido, que será vigente até dezembro de 2013. Além do contrato mencionado, em março de 2004, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao Banco BNP Paribas no valor total de US\$20 milhões, com o objetivo de financiar equipamentos importados

para modernização da unidade de Mucuri. Este contrato possui cláusulas determinando a manutenção dos seguintes níveis máximos de alavancagem: (a) razão entre endividamento líquido consolidado e EBITDA não superior ou igual a 3,8, e (b) razão entre endividamento líquido consolidado e patrimônio líquido consolidado não superior ou igual a 1,5, durante o prazo de vigência da dívida, cuja verificação acontece no encerramento de cada exercício social. Com relação ao exercício social de 2012, a Companhia obteve anuência do credor para o cumprimento dos mesmos em níveis diferentes do estabelecido, que será vigente até dezembro de 2013.

- 4) Em novembro de 2006, a Companhia celebrou com o Nordic Investment Bank, o Contrato de Abertura de Linha de Crédito (*Credit Facility Agreement*), no valor de US\$50 milhões, para financiar equipamentos e mão-de-obra especializada relacionados ao Projeto Mucuri. Este contrato possui cláusulas determinando a manutenção dos seguintes níveis máximos de alavancagem: (a) razão entre endividamento líquido consolidado e EBITDA não superior ou igual a 3,5, e (b) razão entre endividamento líquido consolidado e patrimônio líquido consolidado não superior ou igual a 1,5, durante o prazo de vigência da dívida, cuja verificação acontece no encerramento de cada exercício social. Com relação ao exercício social de 2012, a Companhia obteve anuência do credor para o cumprimento dos mesmos em níveis diferentes do estabelecido, vigente até junho de 2013.
- 5) Em setembro de 2010 a Companhia, por intermédio da sua subsidiária internacional Suzano Trading, emitiu Senior Notes no mercado internacional no valor de US\$650 milhões com vencimento em 23 de janeiro de 2021, cupom com pagamento semestral de 5,875% a.a. e retorno para o investidor de 6,125% a.a.
A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante.
- 6) Durante o exercício de 2012, a Companhia, realizou captações de recursos na modalidade de Notas de Crédito à Exportação ("NCE"), junto a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Bradesco nos montantes de R\$1.170.000, R\$1.270.000 e R\$ 274.800, respectivamente. As taxas de juros variam entre 113% e 115% do CDI ao ano e os vencimentos finais ocorrem entre 2016 e 2020.

Apresentamos a seguir a movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldos iniciais	6.537.798	5.225.122	7.888.105	6.531.558
Captações	3.676.713	1.951.412	3.676.713	1.951.412
Juros apropriados	445.310	328.064	535.349	409.340
Variação cambial	311.461	352.132	427.975	509.447
Liquidação de principal	(1.844.259)	(1.043.369)	(1.931.443)	(1.171.599)
Liquidação de juros	(480.405)	(270.208)	(564.825)	(339.977)
Custos de captação	(20.708)	(5.490)	(20.708)	(5.490)
Amortização dos custos de captação	2.575	134	6.109	3.414
	8.628.485	6.537.798	10.017.275	7.888.105

18.1 Arrendamento mercantil financeiro

Os arrendamentos mercantis em cujo termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro.

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose, localizados nas cidades de Limeira-SP e Mucuri-BA. Esses contratos são denominados em dólares norte-americanos ou CDI e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final do prazo do arrendamento, que variam de 8 a 15 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo. A Administração possui a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato.

Os valores contabilizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação, e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos) correspondente a esses ativos, estão abaixo demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Máquinas e equipamentos	150.582	150.582
(-) Depreciação acumulada	(109.707)	(95.511)
Imobilizado líquido	40.875	55.071
Valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos):		
Menos de 1 ano	33.279	31.855
Mais de 1 ano e até 5 anos	19.810	45.296
Mais de 5 anos	7.932	9.234
Total do valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)	61.021	86.385
Encargos financeiros a serem apropriados no futuro	9.233	8.097
Valor das parcelas obrigatórias ao final dos contratos	70.254	94.482

18.2 Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos dos custos com captação de recursos financeiros a apropriar no resultado consolidado estão abaixo apresentados:

Natureza	Custo Total	Amortizações	Variação Cambial	Consolidado	
				Saldo à amortizar	
				31/12/2012	31/12/2011
Senior Notes	29.284 (1)	(8.045) (2)	6.037	27.276 (2)	28.280 (2)
Debêntures 3ª e 5ª emissão	38.806	(33.981)	-	4.825	8.758
NCE	26.154	(2.681)	-	23.473	5.356
Crédito Rural	44	(27)	-	17	-
Total	94.288	(44.734)	6.037	55.591	42.394

(1) Montante em Reais na data da captação, taxa da captação USD 1,6942.

(2) Montantes convertidos para Reais nas respectivas datas pela taxa do dólar de fechamento.

19 Debêntures

Controladora e Consolidado			31/12/2012			31/12/2011	Indexador	Juros	Resgate
Emissão	Série	Quantidade	Circulante	Não circulante	Circulante e não circulante	Circulante e não circulante			
3ª	1ª	333.000	585.969	-	585.969	548.074	IGP-M	10% *	01/04/2014
3ª	2ª	167.000	1.146	114.559	115.705	107.474	USD	9,85%	07/05/2019
4ª	1ª	-	-	-	-	3.635	TJLP	2,50%	03/12/2012
4ª	2ª	-	-	-	-	7.097	TJLP	2,50%	03/12/2012
5ª	1ª	293	52	-	52	63.756	IPCA	4,50%	16/12/2013
5ª	2ª	585	103	-	103	125.564	IPCA	4,50%	16/12/2013
			587.270	114.559	701.829	855.600			

*O papel foi emitido com deságio no montante de R\$ 38.728, integralmente incorporado ao valor das respectivas debêntures, o que alterou a taxa de juros efetiva da operação, de 8% a.a. para 10% a.a.

19.1 Debêntures da 3ª emissão

A 3ª emissão, realizada em agosto de 2004, no valor de R\$500.000 é composta de duas séries, sendo a primeira no montante nominal de R\$333.000 e a segunda no montante de R\$167.000, ambas com prazo de vencimento original em 2014 em parcela única. A primeira série, ofertada ao mercado local tem remuneração pelo IGP-M mais cupom de 8% a.a., pagáveis anualmente, e foi precificada utilizando conceitos referidos na Instrução CVM nº 404, com ofertas de ágio ou deságio sobre o preço de emissão. A segunda série, não ofertada ao mercado, foi integralmente absorvida pelo Banco Votorantim. Neste contrato não há cláusula de repactuação das debêntures.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 22 de maio de 2007, foram aprovadas: (i) a alteração do prazo de vencimento das Debêntures da 2ª série, anteriormente prevista para 01 de abril de 2014, passando para 7 de maio de 2019 e (ii) a alteração dos juros remuneratórios, que até 22 de maio de 2007 eram de 10,38% a.a. e passaram, a partir daquela data e até o vencimento, para 9,85% a.a.

Em Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 4 de maio de 2010, foram homologadas, com a aprovação de 93,88% dos debenturistas da 1ª série e de 100% dos debenturistas da 2ª série: (i) alterações dos níveis máximos de alavancagem expresso nas razões entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido e entre Dívida Líquida e EBITDA; (ii) o ajuste da definição de “Dívida Líquida Consolidada” contida na escritura de emissão; (iii) a introdução de uma opção de recompra das Debêntures pela Companhia em determinados casos de possibilidade de vencimento antecipado. Para implementar estas alterações, a Companhia pagou aos debenturistas, em 11 de maio de 2010, um prêmio equivalente a 0,75% do valor atualizado das Debêntures, no montante de R\$4.234.

Nos trimestres findos em 30 de setembro e 31 de dezembro de 2011, o nível máximo de alavancagem expresso na razão entre Dívida Líquida Consolidada e EBITDA consolidado igual ou inferior a 4,0 (*covenant*), determinado na escritura de emissão, foi ultrapassado. Em Assembleias Gerais de Debenturistas, realizadas em 28 de dezembro de 2011, 83,89% dos debenturistas da 1ª série e 100% dos debenturistas

da 2ª série aprovaram a concessão de renúncia ao direito que lhes é garantido pela escritura de emissão de declarar o vencimento antecipado das debêntures em caso de eventual descumprimento do *covenant* indicado acima por dois trimestres consecutivos. Tal renúncia vigorou até o terceiro trimestre de 2012, quando então a Companhia voltou a observar o referido nível máximo de alavancagem. Para tanto, a Companhia pagou aos debenturistas, em 4 de janeiro de 2012, um prêmio equivalente a 1,90% do valor atualizado das Debêntures, no montante de R\$11.927.

Nos trimestres findos em 30 de setembro e 31 de dezembro de 2012, o nível máximo de alavancagem voltou a ser ultrapassado. Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 20 de dezembro de 2012, 100% dos debenturistas da 2ª série aprovaram a concessão de renúncia ao direito que lhes é garantido pela escritura de emissão de declarar o vencimento antecipado das debêntures em caso de eventual descumprimento do *covenant* por dois trimestres consecutivos. Tal renúncia irá vigorar até o segundo trimestre de 2014, quando então a Companhia deve voltar a observar o referido nível máximo de alavancagem. Para tanto, a Companhia pagou aos debenturistas da 2ª série, em 3 de janeiro de 2013, um prêmio equivalente a 0,50% do valor atualizado das Debêntures, no montante de R\$604. Com relação aos debenturistas detentores da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia, o pedido de renúncia (“*waiver*”) preventivo não foi concedido, pois não houve consenso quanto ao valor do prêmio a ser pago pela Companhia. Assim, a Companhia exercerá a opção de pré-pagar a dívida referente à esta emissão entre março e abril de 2013. Este evento não impactará no horizonte de liquidez da Companhia, que já considerava a possibilidade de liquidação dessa operação.

19.2 Debêntures da 4ª emissão

As debêntures da 4ª emissão foram emitidas em dezembro de 2005 e subscritas em agosto de 2006, compostas de duas séries sendo subscritas pelos acionistas minoritários o montante de R\$ 18.081 nominais e o restante no montante de R\$ 221.919 nominais foi subscrito pelo BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”). Estas debêntures têm vencimento final em 1º de dezembro de 2012 e os juros anuais são de 2,5% a.a. mais Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) (até 6%), pagáveis semestralmente. Até a liquidação integral dessas debêntures, na hipótese de aprovação da emissão de ações da Companhia para subscrição pública ou privada a preço de emissão inferior ao preço de conversão estabelecido para estas debêntures de R\$13,84 por ação, cada debenturista terá a seu critério o direito de converter as suas debêntures em ações ordinárias ou preferenciais, conforme o caso, pelo preço de emissão das novas ações a serem emitidas.

Em julho de 2012, foram convertidas 8.681 debêntures da 1ª série e 17.361 debêntures da 2ª série, as quais resultaram na emissão de 891.122 ações ordinárias e 1.782.083 ações preferenciais Classe “A” da Companhia. A totalidade das ações ordinárias resultantes da conversão foi adquirida pela Suzano Holding, controladora da Suzano.

Em dezembro de 2010, foram convertidas 70.959 debêntures da 1ª série e 141.919 debêntures da 2ª série, as quais resultaram na emissão de 5.263.014 ações ordinárias e 10.526.267 ações preferenciais Classe “A” da Companhia. A totalidade das ações ordinárias resultantes da conversão foi adquirida pela Suzano Holding controladora da Suzano (Nota 26).

Em dezembro de 2012, na data de vencimento final, as debêntures da 4ª emissão foram integralmente liquidadas.

19.3 Debêntures da 5ª emissão

A 5ª emissão foi concluída em junho de 2011, com data de emissão em 15 de dezembro de 2010, composta de duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$401.819 e a segunda no valor nominal de R\$798.181, que foram colocadas em caráter privado e com direito de preferência de subscrição para os acionistas. As debêntures, em valores nominais, da primeira série foram subscritas na totalidade pelos acionistas controladores no montante de R\$401.819. A segunda série no montante de R\$236.378 foram subscritas pelos acionistas controladores, R\$24.161 pelos acionistas minoritários e R\$537.642 pelo BNDESPAR, consoante contrato firmado com essa subsidiária do BNDES. As debêntures da 5ª emissão têm vencimento final em 16 de dezembro de 2013. Os juros anuais são de 4,5% a.a., pagáveis anualmente sempre no dia 15 do mês de janeiro, com a primeira data de pagamento em 15 de janeiro de 2012 e a última data de pagamento coincidindo com o vencimento das debêntures ou com a última data de conversão, o que ocorrer primeiro. O valor nominal das debêntures será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da data de emissão até a liquidação das debêntures. As debêntures poderão ser convertidas em ações, a partir de 17 de dezembro de 2012 até a data de vencimento, a critério dos debenturistas, pelo preço de R\$17,39 por ação, deduzidos do valor os proventos declarados por ação, a partir de 1 de janeiro de 2011, limitados ao montante máximo acumulado de R\$1,00. Até a liquidação integral dessas debêntures, na hipótese de aprovação da emissão de ações da Companhia para subscrição pública ou privada a preço de emissão inferior ao preço de conversão dessas debêntures, cada debenturista terá a seu critério o direito de converter as suas debêntures em ações ordinárias ou preferenciais, conforme o caso, pelo preço de emissão das novas ações a serem emitidas.

Na emissão dessas debêntures foi identificado o componente de juros desta transação. Foram calculados os juros incidentes sobre toda a transação e, trazidos a valor presente, registrados na rubrica Debêntures devido sua liquidação ocorrer através do desembolso de caixa, segregados entre curto e longo prazos. Com o transcorrer do prazo da transação, serão calculados os juros efetivos incorridos e a diferença apurada para o valor reconhecido a valor presente, será registrado em Debêntures com contrapartida a rubrica de Despesas Financeiras.

Do montante efetivamente subscrito e recebido pela Companhia, foi deduzido o componente de juros e o saldo registrado em Reserva de Capital no montante mandatoriamente conversível em ações na data da subscrição.

Todas as debêntures serão atualizadas pelo IPCA, sendo este componente passivo registrado na rubrica de Debêntures em contrapartida a rubrica de Despesas Financeiras. Na liquidação deste passivo financeiro por ocasião da conversão mandatória das debêntures o montante acumulado será reclassificado para o Patrimônio Líquido. A classificação como passivo financeiro justifica-se pelo número variável de ações que serão emitidas quando de sua conversão.

Em decorrência da Oferta de Ações da Companhia (Nota 1.1, subitem d), parte substancial dos debenturistas das debêntures da 5ª emissão exerceram seu direito de converter suas debêntures pelo mesmo valor da ação na Oferta de Ações. Foram convertidas 401.526 debêntures da 1ª série e 797.596 debêntures da 2ª série, as quais resultaram na emissão de 110.591 mil ações ordinárias e 219.679 mil ações preferenciais Classe "A" da Companhia, respectivamente.

O registro contábil desta operação de conversão das debêntures foi assim realizada: i) capitalização do montante proporcional as debêntures convertidas da rubrica de Reservas de capital - Debêntures 5ª emissão; ii) Desreconhecimento proporcional às debêntures convertidas, dos juros a pagar apresentados na rubrica de Debêntures no passivo circulante e passivo não circulante; iii) capitalização do montante proporcional às debêntures convertidas da rubrica Debêntures no passivo não-circulante relativo ao IPCA incorrido até a data da conversão; e iv) apuração de resultado negativo com a conversão das debêntures, reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

20 Provisão para Contingências

As provisões para contingências observam os seguintes critérios: i) para os casos em que a possibilidade de perda é remota, não é constituída provisão, ii) para os casos em que a perspectiva de perda é possível, é feita a divulgação em nota explicativa e adicionalmente uma análise individualizada e criteriosa, com base em dados pretéritos e perspectiva de desfecho, para determinação da estimativa de seu efeito financeiro, sendo que, caso haja a probabilidade de desembolso, a Administração opta pela constituição de provisão, consoante procedimento interno existente e iii) para os casos em que a possibilidade de perda é provável, a Administração constitui provisão.

Assim sendo, apresentamos a movimentação das provisões no exercício:

Controladora						
	Saldo em 31/12/2011	Novos processos	Reversões	Atualizações monetárias	Liquidação de processos	Saldo em 31/12/2012
Tributários e previdenciários	145.991	20.430	(15.002)	13.836	-	165.255
Trabalhistas	10.881	5.407	-	7.111	(2.669)	20.730
Cíveis	6.256	3.026	(3.882)	1.033	-	6.433
	<u>163.128</u>	<u>28.863</u>	<u>(18.884)</u>	<u>21.980</u>	<u>(2.669)</u>	<u>192.418</u>

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2011	Novos processos	Reversões	Atualizações monetárias	Liquidação de processos	Saldo em 31/12/2012
Tributários e previdenciários	145.991	20.430	(15.002)	13.836	-	165.255
Trabalhistas	18.669	8.034	(2.256)	7.684	(3.972)	28.159
Cíveis	6.256	3.026	(3.882)	1.033	-	6.433
	<u>170.916</u>	<u>31.490</u>	<u>(21.140)</u>	<u>22.553</u>	<u>(3.972)</u>	<u>199.847</u>

Processos Tributários e Previdenciários

A Companhia figura no polo passivo em aproximadamente 300 processos administrativos e judiciais, de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas a diversos tributos, tais como PIS, COFINS, IPI, ICMS, IRPJ e contribuição previdenciária, os quais encontram-se provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos assessores jurídicos externos da Companhia e pela Administração.

A Companhia aderiu ao REFIS – Lei nº 11.941/09, no tocante a alguns processos, no montante aproximado de R\$11.169, valor esse que se encontra devidamente provisionado.

Adicionalmente, a Companhia é parte no polo passivo em processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total aproximado de R\$677.795 e para os quais há provisão constituída de R\$29.630.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém R\$44.728 de depósitos judiciais relacionados a estes processos (31 de dezembro de 2011, o montante de R\$48.770).

Processos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia figura no polo passivo em aproximadamente 1300 processos de natureza trabalhista, os quais encontram-se provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos assessores jurídicos externos da Companhia e pela Administração.

De maneira geral, os processos trabalhistas estão relacionados a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas industriais, como verbas salariais e rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas terceirizadas que prestam serviços a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte no polo passivo em processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total aproximado de R\$31.555 e para os quais há provisão constituída de R\$9.466.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém R\$9.824 de depósitos judiciais relacionados a estes processos (31 de dezembro de 2011, o montante de R\$7.253).

Processos Cíveis

A Companhia figura no polo passivo em aproximadamente 220 processos cíveis, os quais encontram-se provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos assessores jurídicos externos da Companhia e pela Administração.

De maneira geral, os processos cíveis estão relacionados a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de acidente de trabalho, possessória, ambiental, dentre outras.

Adicionalmente, a Companhia é parte no polo passivo em processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total aproximado de R\$4.064 e para os quais há provisão constituída de R\$1.227.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém R\$329 de depósitos judiciais relacionados a estes processos (31 de dezembro de 2011, o montante de R\$201).

21 Passivos atuariais

A Companhia assegura a um grupo pré-determinado de aposentados, de forma vitalícia, quatro planos de benefícios definidos. São eles:

- Programa de assistência médica Sepaco: Assegura o custeio de assistência médica junto a uma rede credenciada e ao Hospital Sepaco, para ex-funcionários que requereram aposentadoria até 2003 (até 1998 para os ex-funcionários da antiga Ripasa), bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.
- Programa de assistência médica Bradesco: Assegura o custeio de assistência médica junto ao Bradesco Saúde, para o conjunto de ex-funcionários que, excepcionalmente, segundo critérios e deliberação da Companhia, adquiriram direitos associados ao cumprimento dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98.
- Programa de assistência médica Sul América Saúde (unidade de Limeira, antiga Conpacel): Assegura o custeio de assistência médica junto a Sul América, para o conjunto de ex-funcionários com direito adquirido, segundo critérios e direitos associados ao cumprimento dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98.
- Seguro de vida: Oferece o benefício de seguro de vida aos aposentados junto ao Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor das obrigações futuras destes benefícios foi de R\$289.277 (31 de dezembro de 2011, o montante de R\$218.627). As principais hipóteses atuariais econômicas e biométricas utilizadas para o cálculo do plano médico e seguro de vida foram: taxa de desconto de 4,00% a.a. e 3,50% a.a. respectivamente, taxa de crescimento dos custos médicos acima da inflação básica de 3,0% a.a. referente à inflação médica, bem como fator de idade escalonado de acordo com a idade dos participantes, além da tábua biométrica de mortalidade geral AT-83.

Apresentamos demonstrativo da movimentação do passivo atuarial:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	218.627	162.691
Aquisição Conpacel e KSR (Nota 14)	-	22.558
Redução passivo atuarial ^(a)	(2.475)	(23.441)
Juros sobre obrigação atuarial	26.930	24.164
Perda atuarial	61.865	41.824
Benefícios pagos no exercício	(15.670)	(9.169)
Saldo final	289.277	218.627

- a) 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a redução do passivo atuarial foi decorrente da mudança dos planos da Unidade Limeira e quando ocorreu a unificação das políticas de benefícios da Suzano aos novos colaboradores do Conpacel, respectivamente.

22 Plano de Previdência Privada de Contribuição Definida

Em janeiro de 2005 a Companhia instituiu um plano de previdência privada complementar, denominado Suzano Prev, administrado pela BrasilPrev. As contribuições realizadas pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, totalizaram R\$5.552 e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$9.213 (31 de dezembro de 2011, os montantes de R\$4.987 e R\$7.872, respectivamente).

23 Plano de Remuneração Baseado em Ações

23.1 Plano de remuneração baseada em ações com pagamento em moeda corrente

Para seus principais executivos e membros chave, a Companhia possui plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da Companhia com pagamento em moeda corrente. São estabelecidas condições gerais de aquisição e de outorga pela Companhia de 'ações fantasma' a esses executivos (beneficiários), as quais são definidas anualmente em regulamentos específicos e administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

A determinação das quantidades de ações fantasma a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos, determinados com base em: i) cumprimento de metas; ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo Comitê de Gestão; e iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários com aporte de mesmo valor pela Companhia, e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas nos últimos 90 pregões.

As condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas após um período de carência de três anos e, quando aplicável, até um período limite de seis anos, a contar da data da outorga. As condições de aquisição não são satisfeitas quando: i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme item (iii) do parágrafo anterior, houver desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as ações fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento) e ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasma, conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações fantasma.

Para o programa de 2006, havia limitação de valorização das ações fantasma em 120% do valor de outorga.

O preço de exercício de cada ação fantasma é determinado pela média das ações preferenciais da Companhia nos últimos 90 pregões, a contar da data de exercício, acrescidos pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos entre a data da outorga e o exercício, multiplicados por um percentual de desempenho da Companhia em relação aos seus concorrentes, quando aplicável.

Conforme determinado na reunião do Comitê de Gestão em Outubro de 2012, o valor das ações de todos os programas vigentes até 31 de dezembro de 2012 será fixado no valor mínimo de R\$9,00 (nove reais) por ação.

23.2 Plano de remuneração baseada em ações com pagamento em ações ou alternativamente em moeda corrente (Opções de compra de ações preferenciais Classe 'A')

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações preferenciais Classe 'A' ('Plano') da Companhia.

O Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorga pela Companhia, de opções de compra de ações a executivos, administradores e colaboradores (beneficiários), as quais são definidas em regulamentos específicos e administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Segundo o Plano, as opções outorgadas não poderão ultrapassar 2% do total de ações do capital social integralizado e subscrito da Companhia, assim como deverão ser provenientes, conforme venha a ser sugerido pelo Comitê de Gestão e aprovado pelo Conselho de Administração: (i) da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

Em reunião do Conselho de Administração realizadas em 10 de agosto de 2009 e 11 de agosto de 2010 (datas das outorgas), foram aprovados o primeiro e o segundo Programas do Plano no qual a Companhia outorgou opções de compra aos beneficiários, assim como determinou as seguintes condições para que estes passem a ter direito de exercício dessas opções (condições de aquisição e não-aquisição): i) no caso de desligamento por justa causa, pedido de demissão voluntária ou por aposentadoria, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as opções que lhe foram outorgadas, sem indenização; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das opções de compra de ações, conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das opções; iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas opções nos termos definidos pelo regulamento.

Durante o período de carência para exercício das opções, é vedada ao beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas Opções. Os períodos de carência e os limites estão abaixo apresentados:

Programa	Período de carência	Quantidade de ações preferenciais classe "A"
Programa 1	1ª. data de exercício: de 01/06/2010 a 31/12/2012	62.500 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
	2ª. data de exercício: de 01/06/2011 a 31/12/2012	62.500 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
	3ª. data de exercício: de 01/06/2012 a 31/12/2012	100% do total de ações sob opção exercidas
Programa 2	1ª. data de exercício: de 01/08/2013 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	2ª. data de exercício: de 01/08/2014 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	3ª. data de exercício: de 01/08/2015 a 31/12/2015	Saldo remanescente de ações ou 60% do total de ações sob opção

O Preço de Exercício foi fixado, por opção, em R\$15,53 para o programa 2, deduzidos os dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos entre a data da outorga e o exercício da opção, sendo ambos atualizados com base no Custo Médio Ponderado de Capital da Companhia (CMPC) calculado por instituições financeiras renomadas.

Condição exclusivamente aplicável ao Programa 1: se na data de exercício das opções, a diferença entre o preço de exercício e o preço unitário das ações preferenciais classe 'A', de emissão da Companhia, negociadas na BOVESPA (Preço de Mercado), na data de início de cada período de carência for inferior a R\$8,00 (Valor de Referência) ou o beneficiário declarar que não quer exercer a opção total ou parcialmente, a Companhia alternativamente efetuará um pagamento extraordinário em moeda corrente ('Pagamento Extraordinário') ao beneficiário, correspondente ao resultado auferido pelo Valor de Referência multiplicado pela quantidade de opções não exercidas subtraído do total do Preço de Mercado menos Preço de Exercício multiplicados pela quantidade de opções não exercidas. O Programa 1 foi encerrado no quarto trimestre de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, há 10.858 mil ações preferenciais em tesouraria que poderão servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que, eventualmente, serão submetidos os atuais acionistas em caso de os beneficiários exercerem até 2015 todas as opções de compra de ações outorgadas ainda vigentes e não optarem pela alternativa de liquidação e moeda corrente onde aplicável:

Premissas	31/12/2012
Quantidade de ações (mil)	1.107.677
Saldo das séries outorgadas em vigor (mil)	600
Percentual máximo de diluição de participação societária	0,05%

23.3 Resumo das movimentações relativas aos planos de remuneração baseados em ações

Sempre que aplicável, foi considerada a bonificação de ações conforme fato relevante de 30 de abril de 2010:

Incentivo de Longo Prazo – Ações fantasma

Controladora e Consolidado

31/12/2012

Programa outorgado	Data de outorga	Preço justo na data da outorga	Preço justo no fim do período	1ª data exercício	2ª data exercício e liquidação	Quantidade					Total em vigor em 31/12/2012	Preço médio ponderado das ações exercidas
						Outorgada	Exercida	Exercida por demissão	Transferida ⁽¹⁾	Não exercida por demissão		
ILP2006 (P)	mai/07	23,38	9,00	set/10	set/13	31.105	-	-	-	-	556	-
ILP2007 (PN)	mar/08	34,74	9,00	mar/11	mar/14	146.180	-	(5.162)	-	-	21.294	4,54
ILP2007 (PA)	mar/08	43,38	0,01	mar/11	mar/14	10.181	-	-	-	-	2.519	-
ILP2007 (PE)	ago/08	34,74	9,00	set/14	-	8.996	-	-	-	-	8.996	-
ILP2008 (A)	mar/08	34,74	9,00	mar/12	mar/15	78.019	-	(3.104)	-	-	20.524	4,54
ILP2009 (A)	mar/08	34,74	9,00	mar/13	mar/16	78.019	-	(3.104)	-	-	57.293	4,54
ILP2008 (PN)	jan/09	18,01	9,00	mar/12	mar/15	23.334	-	-	-	-	23.334	-
ILP2008 (PN)	mar/09	15,11	9,00	mar/12	mar/15	276.997	-	(14.268)	-	-	84.446	4,54
ILP2009 (D)	mar/09	15,11	9,00	mar/12	mar/15	131.352	-	-	-	-	51.783	-
ILP2009 (M)	set/09	15,11	9,00	mar/12	mar/15	209.057	-	(8.924)	-	-	132.410	4,54
ILP2009 (PE)	jun/09	15,11	9,00	set/12	set/12	20.678	-	-	-	-	20.678	-
ILP2009	mar/10	23,86	9,00	mar/13	mar/16	275.448	-	(4.518)	-	-	221.213	4,54
ILP2009 (J)	mai/10	21,56	9,00	set/13	set/16	3.188	-	-	-	-	3.188	-
ILP 2010	mar/11	18,64	9,00	mar/14	mar/17	499.600	-	(3.324)	-	-	415.501	4,54
ILP 2011	mar/12	7,49	9,00	mar/15	mar/18	1.165.351	-	(22.860)	(9.427)	-	1.090.960	4,54
ILP 2011 (PE)	set/12	4,88	9,00	set/15	set/18	10.000	-	-	-	-	10.000	-
TOTAL						2.957.505	-	(65.264)	(9.427)	-	2.164.697	4,54

⁽¹⁾ Ações recebidas em decorrência de transferência de colaboradores da Suzano Holding para Suzano Papel e Celulose SA.

Controladora e Consolidado

31/12/2011

Programa outorgado	Data de outorga	Preço justo na data da outorga	Preço justo no fim do período	1ª data exercício	2ª data exercício e liquidação	Quantidade					Total em vigor em 31/12/2011	Preço médio ponderado das ações exercidas
						Outorgada	Exercida	Exercida por demissão	Transferida ⁽¹⁾	Não exercida por demissão		
ILP2006 (P)	mai/07	23,38	8,01	set/10	set/13	31.105	-	(8.702)	-	-	1.841	14,96
ILP2006 (D)	mai/07	16,32	8,01	set/10	set/13	15.783	-	(15.783)	-	-	-	14,96
ILP2007 (PN)	mar/08	34,74	8,01	mar/11	mar/14	146.180	-	(23.886)	739	-	37.513	14,96
ILP2007 (PA)	mar/08	43,38	0,96	mar/11	mar/14	10.181	-	-	2.519	-	2.519	-
ILP2007 (PE)	ago/08	34,74	8,01	set/14	-	8.996	-	-	-	-	8.996	-
ILP2008 (A)	mar/08	34,74	8,01	mar/12	mar/15	78.019	-	-	1.838	-	69.786	-
ILP2009 (A)	mar/08	34,74	8,01	mar/13	mar/16	78.019	-	-	1.838	-	69.786	-
ILP2008 (PN)	jan/09	18,01	6,01	mar/12	mar/15	23.334	-	-	-	-	23.334	-
ILP2008 (PN)	mar/09	15,11	6,01	mar/12	mar/15	276.997	-	(41.356)	4.436	-	186.878	14,96
ILP2009 (D)	mar/09	15,11	6,01	mar/12	mar/15	131.352	-	(15.687)	4.436	-	96.572	14,96
ILP2009 (M)	set/09	15,11	6,01	mar/12	mar/15	209.057	-	(11.913)	-	-	159.724	14,96
ILP2009 (PE)	jun/09	15,11	6,01	set/12	set/12	20.678	-	-	-	-	20.678	-
ILP2009	mar/10	23,86	8,01	mar/13	mar/16	275.448	-	-	8.727	-	255.283	-
ILP2009 (J)	mai/10	21,56	8,01	set/13	set/16	3.188	-	-	-	-	3.188	-
ILP 2010	mar/11	18,64	8,01	mar/14	mar/17	499.600	-	-	7.507	-	469.104	-
TOTAL						1.807.937	-	(117.326)	32.040	-	1.405.204	14,96

⁽¹⁾ Ações recebidas em decorrência de transferência de colaboradores da Suzano Holding para Suzano Papel e Celulose SA.

Incentivo de Longo Prazo – Opções de compra de ações preferenciais Classe ‘A’

Controladora e Consolidado

31/12/2012											
Programa	Séries outorgadas	Data de outorga	1º data exercício	2º data exercício e expiração	Preço		Quantidade de ações				
					Na data de outorga	Fim do período	Outorgadas	Exercidas	Não exercida por demissão	Expiradas	Total em vigor
Programa 1	Série I	10/08/2009	01/06/2010	31/12/2012	11,36	-	62.500	62.500	-	-	-
	Série II	10/08/2009	01/06/2011	31/12/2012	11,36	-	62.500	62.500	-	-	-
	Série III	10/08/2009	01/06/2012	31/12/2012	11,36	-	375.000	375.000	-	-	-
Programa 2	Série I	11/08/2010	01/08/2013	31/12/2015	5,97	0,12	120.000	-	-	-	120.000
	Série II	11/08/2010	01/08/2014	31/12/2015	5,97	0,12	120.000	-	-	-	120.000
	Série III	11/08/2010	01/08/2015	31/12/2015	5,97	0,12	360.000	-	-	-	360.000
TOTAL							1.100.000	500.000	-	-	600.000

23.4 Reconhecimento e mensuração do valor justo dos pagamentos baseados em ações

Para a determinação do valor justo das ações fantasma e das opções de compra de ações preferenciais Classe ‘A’ com ou sem alternativa de liquidação em moeda corrente, a Companhia utilizou a ação SUZB5 de cada exercício com base no modelo de cálculo do programa, multiplicado pelo percentual de performance de até 125%, quando aplicável.

Para o programa ILP 2007, devido à alternativa de escolha de ações com características combinadas de ação e opção de ação (definida na política do programa vigente em dezembro de 2007), para a determinação do valor justo destas ações fantasma e também para a mensuração do valor justo das opções de compra de ações preferenciais Classe ‘A’ no fim do período, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções do tipo americano de *Bjersund & Stensland*, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas matemáticas:

Descrição das premissas	Indicadores	
	Ações Fantasma	Opções
		Programa II
Preço do ativo base (1)	R\$ 5,70 / ação	R\$ 7,02/ ação
Expectativa de volatilidade (2)	40,02% a.a.	40,02% a.a.
Expectativa de vida média das ações fantasma / opções (3)	1,18 anos	2,59 anos
Expectativa de dividendos (4)	3,4919% a.a.	
Taxa de juros média ponderada livre de risco (5)	média de 7,18%	média de 8,02%

(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5;

(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 90 observações de retornos;

(3) A expectativa de vida média das ações fantasma e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;

(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;

(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos nas demonstrações contábeis estão demonstrados abaixo:

Controladora e Consolidado			
	Passivo e Patrimônio líquido		Resultado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012 31/12/2011
Passivo não circulante			
Provisão com plano de ações fantasma	13.243	7.175	(8.548) 1.283
Provisão com plano de opções de compra de ações	5.379	2.907	(4.231) (1.350)
Total do plano de remuneração baseado em ações	18.622	10.082	
Patrimônio líquido			
Reserva de opções de compra de ações	1.356	1.192	(164) (841)
Resultado			(12.942) (908)

24 Dívidas com Compra de Terras e Reflorestamento

A Companhia e suas controladas realizaram transações para aquisição de terras e reflorestamento através de “Contratos de Compra e Venda” e “Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)” conforme apresentado abaixo:

Empresas compradoras	Suzano	Suzano	Ondurman	Amulya
<i>Características do contrato</i>				
Valor do contrato	51.716	158.367	75.000	59.379
Tipo de imóvel	Casas em construção	Florestas / Terras	Terras	Terras
Tipo de contrato	CRI	Compra e venda	CRI	CRI
Companhia securitizadora / emissor	RB Capital Companhia de Securitização	N/A	Brazilian Securities	Brazilian Securities
Agente fiduciário	Pentágono	N/A	Oliveira Trust Dist. Tit. Mob.	Oliveira Trust Dist. Tit. Mob.
Data de emissão	13/12/2012	13/07/2009	27/10/2009	21/02/2011
Prazo final	13/12/2024	13/07/2012	27/10/2023	21/02/2025
Nº de parcelas	11	12	168	168
Periodicidade de pagamento	Anual	Trimestral	Mensal	Mensal
Prazo	12 anos (inclusive 24 meses de carência)	3 anos	14 anos	14 anos
Índice de reajuste	IPCA	N/A	TR	TR
Juros remuneratórios	5,68% a.a.	N/A	11,40%/a.a.	11,23%/a.a.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía dívida com a aquisição de terrenos, fazendas, reflorestamento e casas em construção no montante total de R\$52.259 na controladora e R\$176.958 no consolidado, classificados no passivo circulante e não circulante (R\$48.925 na controladora e R\$178.456 no consolidado em 31 de dezembro de 2011).

25 Adiantamento de Clientes

A Companhia, concluiu em outubro de 2011 operação de pré-venda de celulose para a trading JP Morgan Ventures Energy Corp. (“JPVec”).

Conforme contrato, foram vendidas 22.284 toneladas de celulose com preço fixado de US\$580,00 líquido, a serem entregues mensalmente durante um ano (12 parcelas) no mercado Asiático, em dezembro de 2012 a Companhia finalizou as entregas de celulose em cumprimento a este contrato.

A Companhia recebeu adiantamento de US\$10.000 mil representando aproximadamente 80% do total da operação e o saldo remanescente em 12 parcelas mensais em contrapartida a entrega da celulose a partir de Janeiro de 2012. Em 31 de dezembro de 2012, não há saldo de adiantamento em aberto relacionado a este contrato (31 dezembro de 2011, R\$18.758).

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo total dos adiantamentos de clientes na Controladora é de R\$10.622 e R\$11.547 no Consolidado (31 de dezembro de 2011, os montantes de R\$25.020 e R\$27.528, respectivamente).

26 Patrimônio Líquido

26.1 Capital autorizado

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de maio de 2012, foi aprovada a criação de capital autorizado para Ações Ordinárias e alteração do limite do capital autorizado das ações preferenciais classe A. Por deliberação do Conselho de Administração ou Assembléia Geral, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 260.040 mil ações ordinárias, 517.080 mil ações preferenciais classe "A" e 3.000 mil ações preferenciais classe "B", todas exclusivamente escriturais.

26.2 Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social da Companhia é de R\$ 6.240.709 dividido em 1.107.677 mil ações, sem valor nominal, das quais 371.128 mil são ordinárias, nominativas, 734.608 mil são preferenciais classe A e 1.941 mil são preferenciais classe B, ambas escriturais. São mantidas em tesouraria 17.644 mil ações, sendo 6.786 mil ordinárias, 8.948 mil preferenciais classe A e 1.910 mil preferenciais classe B.

Em 19 de setembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Sociedade, representado pela emissão de 109.520 mil ações ordinárias e 217.537 mil ações preferenciais classe A, ao preço unitário de R\$ 4,00 (quatro reais) totalizando, R\$1.308.230, em decorrência de solicitações de conversão de 397.620 debêntures da 1ª série e 789.783 debêntures da 2ª série da 5ª emissão de debêntures da Sociedade, realizadas desde 06 de agosto de 2012, conforme o previsto no instrumento de escritura da 5ª emissão de debêntures da Sociedade. Todas as ações emitidas possuem e possuirão os mesmos direitos e vantagens estatutariamente atribuídos atualmente e no futuro à respectiva espécie e classe, participando integralmente dos resultados do exercício.

Em 27 de julho de 2012, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 8.649 mil ações preferenciais classe A, totalizando montante de R\$34.597, decorrente da opção de distribuição de lote suplementar, outorgada ao Banco BTG Pactual S.A. no âmbito da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações da Companhia. O preço de emissão dessas ações foi fixado em R\$4,00 conforme procedimento de *bookbuilding* realizado pelos Coordenadores da Oferta de Ações.

Em 27 de julho de 2012, o Conselho de Administração homologou o aumento do capital social da Companhia, representado pela emissão de 1.962 mil ações ordinárias e 3.924 mil ações preferenciais classe A, ao preço unitário de R\$4,00 totalizando R\$23.541, em decorrência de solicitações de conversão de: (a) 8.681 debêntures da 1ª série (mediante emissão de 891 mil ações ordinárias) e 17.361 debêntures da 2ª série (mediante emissão de 1.782 mil ações preferenciais classe A) da 4ª emissão de debêntures da Companhia e (b) 3.906 debêntures da 1ª série (mediante emissão de 1.071 mil ações ordinárias) e 7.813 debêntures da 2ª série (mediante emissão de 2.142 mil ações preferenciais classe A) da 5ª emissão de debêntures da Companhia, realizadas desde 28 de junho de 2012, conforme previsto nos instrumentos de escritura da 4ª e 5ª emissão de debêntures da Companhia.

Em 27 de junho de 2012, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovado, dentro do limite do capital autorizado, o aumento do capital social em R\$1.428.772 através da Oferta de Ações, mediante a emissão de 119.606 mil ações ordinárias nominativas, 237.572 mil ações preferenciais classe "A" e de 15 mil ações preferenciais classe "B", todas escriturais. O preço de emissão dessas ações foi fixado em R\$4,00 (Quatro reais) para cada tipo de ação após a conclusão do procedimento de *bookbuilding* realizado pelos Coordenadores da Oferta de Ações.

Em 27 de abril de 2012 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária (AGEO), sendo aprovada a proposta da Administração para aumento do capital social, no montante de R\$ 760.386, sem emissão de novas ações.

A composição do capital social está abaixo apresentada:

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS CLASSE "A"		PREFERENCIAIS CLASSE "B"		TOTAL GERAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Suzano Holding S.A.	354.328.991	95,47%	3.245.073	0,44%	17.698	0,91%	357.591.762	32,28%
David Feffer	2.280	0,00%	48.815.984	6,65%		0,00%	48.818.264	4,41%
Daniel Feffer	2.280	0,00%	44.151.162	6,01%		0,00%	44.153.442	3,99%
Jorge Feffer	2.279	0,00%	42.497.581	5,79%		0,00%	42.499.860	3,84%
Ruben Feffer	2.280	0,00%	42.930.798	5,84%		0,00%	42.933.078	3,88%
Outros Controladores e Administradores	10.003.760	2,70%	78.675.570	10,71%	3.083	0,16%	88.682.413	8,01%
Sub-Total	364.341.870	98,17%	260.316.168	35,44%	20.781	1,07%	624.678.819	56,40%
Tesouraria	6.786.194	1,83%	8.948.388	1,22%	1.909.699	98,40%	17.644.281	1,59%
BNDESPAR		0,00%	197.924.818	26,94%	-	0,00%	197.924.818	17,87%
Outros acionistas		0,00%	267.419.056	36,40%	10.339	0,53%	267.429.395	24,14%
TOTAL	371.128.064	100,00%	734.608.430	100,00%	1.940.819	100,00%	1.107.677.313	100,00%

Em 31 de dezembro de 2012, as ações Preferenciais SUZB5 encerraram o período cotadas a R\$7,02 (31 de dezembro de 2011, cotadas a R\$6,74).

26.3 Reservas

Reserva de Lucros

A reserva para aumento de capital é composta por 90% do saldo remanescente dos lucros do exercício, após dividendos e reserva legal, e objetiva assegurar a Companhia adequadas condições operacionais.

A reserva estatutária especial acolhe os restantes 10% do saldo remanescente dos lucros do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos.

Reserva de Capital

A reserva de capital é composta pelos saldos das reservas de inventivos fiscais, reserva de opções de compra de ações, ações em tesouraria e os custos diretamente atribuíveis a Oferta de Ações, substancialmente compostos por despesas com comissões, horários de advogados, consultores e auditores.

26.4 Ações em Tesouraria

	Quantidade de ações				R\$ (em milhares)	Preço médio (R\$)
	ON	PNA	PNB	Total		
Saldo em 31/12/2011	6.786.194	2.244.988	1.909.699	10.940.881	227.405	20,78
Ações adquiridas	-	6.703.400	-	6.703.400	46.117	6,88
Saldo em 31/12/2012	6.786.194	8.948.388	1.909.699	17.644.281	273.522	15,50

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$12.098 referente a recompra de ações está registrado na rubrica Outras contas a Pagar, no passivo circulante, a liquidação financeira foi concluída em 04 de janeiro de 2013.

26.5 Juros sobre o Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, de acordo com a faculdade prevista em Lei e na forma prevista no Estatuto Social da Companhia, a Administração calculou juros sobre capital próprio sobre o patrimônio líquido, limitados a variação *pro rata die* da TJLP.

Os juros sobre capital próprio, nos termos da Deliberação CVM nº 207/96, foram imputados à conta do dividendo mínimo obrigatório, por seu valor líquido de imposto de renda retido na fonte, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conta específica, devolvendo-os ao resultado e assim não afetando o lucro líquido final, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	29.891	768.997
Constituição da reserva legal	(1.495)	(38.450)
Constituição de reserva de incentivos fiscais relativa à redução do imposto de renda - SUDENE	-	(30.067)
Base de cálculo dos dividendos	28.396	700.480
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	7.099	175.120
Juros sobre o Capital Próprio - JCP aprovados no exercício	96.000	207.577
Imposto de renda retido na fonte sobre o JCP	(12.709)	(31.137)
	83.291	176.440
Dividendos complementares propostos excedente ao mínimo obrigatório	-	13.113
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio	96.000	220.690

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia propõe o pagamento de dividendos no montante de R\$99.997 a serem atribuídos às Reservas de Lucros existentes.

26.6 Outros resultados abrangentes

Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia registrou na rubrica de Outros Resultados Abrangentes as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009. A movimentação desta reserva ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS.

Com a transação de aquisição do acervo líquido do Conpacel mencionada na Nota 14 foi caracterizada como uma aquisição de controle em estágios, o CPC 15 (R1) itens 41 e 42 estabelece que se em períodos contábeis anteriores, o adquirente reconheceu ajustes no valor contábil de sua participação anterior, cuja contrapartida tenha sido contabilizada como outros resultados abrangentes (em Ajustes de Avaliação Patrimonial) em seu patrimônio líquido, deve ser reconhecido nas mesmas bases que seriam exigidas caso o adquirente tivesse alienado sua participação anterior na adquirida, ou seja, deve ser reclassificado no caso de custo atribuído, segundo o ICPC 10, para a rubrica Lucros Acumulados.

O montante de R\$760.386 foi transferido conforme acima para Lucros Acumulados e devido sua origem não ter produzido qualquer impacto na posição financeira da Companhia, a Administração resolveu propor sua destinação integral para aumento de capital, o qual foi ratificada pelo Conselho Fiscal e Conselho de Administração e aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 27 de abril de 2012 (Nota 26.2).

26.7 (Prejuízo) Lucro por ação

Básico

O (Prejuízo) Lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2012			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Prejuízo atribuível aos acionistas	(56.873)	(125.246)	(6)	(182.126)
Quantidade média ponderada de ações no período	247.298	484.309	1.935	733.542
Média ponderada das ações em tesouraria	(6.786)	(2.804)	(1.910)	(11.500)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	240.512	481.505	25	722.042
Prejuízo básico por ação	(0,23647)	(0,26011)	(0,24000)	

	31/12/2011			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas	9.385	20.505	1	29.891
Quantidade média ponderada de ações no período	140.040	266.926	1.926	408.892
Média ponderada das ações em tesouraria	(6.786)	(2.245)	(1.910)	(10.941)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	133.254	264.681	16	397.951
Lucro básico por ação	0,07043	0,07747	0,06250	

Diluído

O (Prejuízo) Lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia apresenta duas categorias de ações potenciais que provocariam diluição: as opções de compra de ações por opção do titular e debêntures conversíveis em ações ordinárias e preferenciais.

	31/12/2012			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Prejuízo atribuível aos acionistas	(56.884)	(125.236)	(6)	(182.126)
Quantidade média ponderada de ações em circulação	240.512	481.505	25	722.042
Ajuste por opções de compra de ações e debêntures da 5ª emissão	3	(123)	-	(120)
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	240.515	481.382	25	721.922
Prejuízo diluído por ação	(0,23651)	(0,26016)	(0,24000)	

	31/12/2011		
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B
Lucro atribuível aos acionistas	9.385	20.505	1
Quantidade média ponderada de ações em circulação	133.254	264.681	16
Ajuste por opções de compra de ações e debêntures da 5ª emissão	24.559	48.649	-
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	157.813	313.330	16
Lucro diluído por ação	0,05947	0,06544	0,06250

27 Outras Receitas Operacionais, Líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Resultado na venda de outros produtos	8.065	10.269	16.315	17.722
Ganho com a redução do passivo atuarial	2.475	23.441	2.475	23.441
Reversão de provisão	4.800 (a)	-	4.800	-
Resultado na venda de ativo imobilizado e biológico	31.122 (b)	17.843	32.138	27.296
Custo do imobilizado baixado	-	(45.516)	-	(45.516)
Ganho sobre investimentos (Nota 14)	-	81.476	-	81.476
Ganho na alocação do preço pago (Nota 14)	-	39.062	-	39.062
Lucros não realizados com controladas	(26.491)	(23.496)	-	-
Amortização do ativo intangível	(4.523)	(3.770)	(13.488)	(12.912)
Resultado na venda de investimentos	-	41.074 (c)	-	41.074
Resultado na atualização do valor justo dos ativos biológicos	(9.423)	20.458	(9.423)	20.458
Outras receitas operacionais, líquidas	1.519	10.002	7.297	(10.312)
Total de Outras Despesas Operacionais	(40.437)	(72.782)	(22.911)	(68.740)
Total de Outras Receitas Operacionais	47.981	243.625	63.025	250.529
Outras receitas operacionais líquidas	7.544	170.843	40.114	181.789

a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi revertida parcialmente a provisão constituída na alienação dos ativos de Turmalina devido o atendimento de cláusulas contratuais.

b) Em 31 de dezembro de 2012 inclui, substancialmente, a alienação de imóveis não estratégicos utilizados pela Companhia no valor de R\$26.224.

c) O montante refere-se a recursos recebidos pela alienação dos direitos aos créditos de correção monetária sobre empréstimos compulsórios de energia elétrica discutidos em Ações Judiciais contra a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás que encontram-se em fase recursal perante o Tribunal Regional Federal, sem decisão final transitada em julgado.

28 Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados a locação de áreas, escritórios, imóveis, central telefônica e equipamentos de hardware e serviço de instalação, cujos contratos foram celebrados em Reais, a Administração não possui a intenção de compra dos ativos ao final do contrato e o prazo dos contratos não são equivalentes.

Os pagamentos do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa operacional na demonstração do resultado da Companhia.

Descrição	Valor da parcela R\$ (mil)	Indexador	Vencimento
Estacionamento - Teresina - PI	1	IGP-M	30/09/2014
Central telefônica e licenças	43	-	19/05/2015
Escritório administrativo em Itatinga - SP	1	IGP-M	Indeterminado
Escritório administrativo em Teresina - PI	13	IGP-M	02/09/2013
Escritório administrativo em São Paulo - SP	300	IGP-FGV	22/06/2017
Imóvel para depósito de madeira em Salesópolis - SP	3	-	15/05/2013
Imóvel para escritório administrativo em Biritiba Mirim - SP	2	IGP-M	Indeterminado

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais vincendos eram os seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011
Menos de 1 ano	4.272	814
Mais de 1 ano até 3 anos	7.945	914
Mais de 3 anos até 5 anos	5.400	177
Total das parcelas vincendas	17.617	1.905

29 Resultado Financeiro, Líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesas de juros	(560.579)	(484.030)	(571.527)	(493.277)
Variações monetárias e cambiais passivas	(514.286)	(556.617)	(508.112)	(564.987)
Perdas em operações com derivativos	(24.961)	(155.251)	(36.068)	(146.730)
Outras despesas financeiras	(66.577)	(72.420)	(90.575)	(94.887)
Total das despesas financeiras	(1.166.403)	(1.268.318)	(1.206.282)	(1.299.881)
Receitas de juros	302.944	268.589	295.198	268.910
Variações monetárias e cambiais ativas	53.978	123.993	46.373	108.806
Ganhos em operações com derivativos	6.434	135.340	9.372	147.503
Total das receitas financeiras	363.356	527.922	350.943	525.219
Resultado financeiro líquido	(803.047)	(740.396)	(855.339)	(774.662)

30 Receita Líquida

Demonstramos a seguir a reconciliação da receita bruta e a receita líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta de vendas	5.757.813	5.468.104	5.981.761	5.576.401
Deduções				
Impostos sobre vendas	(715.161)	(673.465)	(722.316)	(679.974)
Devoluções e cancelamentos	(44.798)	(32.605)	(54.758)	(38.193)
Descontos e abatimentos	(12.395)	(10.246)	(12.395)	(10.246)
Receita Líquida	4.985.459	4.751.788	5.192.292	4.847.988

31 Informações por Segmento

31.1 Segmento operacional

A Administração definiu como segmentos operacionais Celulose e Papel. As informações apresentadas nas colunas Não Segmentado referem-se a gastos não diretamente atribuíveis aos segmentos de Papel e Celulose como, por exemplo, gastos com tecnologia da informação, resultado financeiro líquido e administrativos, entre outros.

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são seguintes:

	31/12/2012				31/12/2011			
	Consolidado			Total	Consolidado			Total
	Celulose	Papel	Não Segmentado		Celulose	Papel	Não Segmentado	
Receita líquida	2.188.731	3.003.561	-	5.192.292	2.012.936	2.835.052	-	4.847.988
Resultado financeiro líquido	-	-	(855.339)	(855.339)	-	-	(774.662)	(774.662)
Outras receitas operacionais líquidas	-	-	40.114	40.114	-	-	181.789	181.789
Resultado operacional	118.247	385.994	(815.225)	(310.984)	134.752	359.816	(592.873)	(98.305)
Total dos ativos	11.288.150	5.213.124	8.852.163	25.353.437	8.868.815	5.143.783	7.702.836	21.715.433

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia revisou o saldo do Total dos Ativos apresentados na coluna Não Segmentado para o período de comparação de 31 de dezembro de 2011 e está reapresentado para fins de comparabilidade com os saldos do exercício corrente.

31.2 Informação sobre área geográfica

As áreas geográficas são determinadas baseadas na localização do mercado consumidor. As receitas líquidas da Companhia classificadas por área geográfica podem ser assim representadas:

	Consolidado					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Celulose	Papel	Total	Celulose	Papel	Total
Receita líquida	2.188.731	3.003.561	5.192.292	2.012.936	2.835.052	4.847.988
Mercado Interno	457.633	2.068.146	2.525.779	390.695	1.857.700	2.248.395
Mercado Externo	1.731.098	935.415	2.666.513	1.622.241	977.352	2.599.593
Ásia	776.396	53.808	830.204	705.989	61.081	767.070
Europa	718.812	149.632	868.444	640.139	205.875	846.014
América do Norte	190.827	289.635	480.462	241.683	285.007	526.690
América do Sul e Central	45.063	437.919	482.982	34.430	422.285	456.715
África	-	4.421	4.421	-	3.104	3.104

32 Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custos variáveis, fixos demais despesas comerciais e administrativas	3.203.665	3.098.584	3.305.609	3.175.877
Gastos com pessoal	632.962	533.338	655.172	552.238
Depreciação, exaustão e amortização	709.697	616.906	727.270	625.304
	4.546.324	4.248.828	4.688.051	4.353.419

33 Ativos Mantidos para Venda

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém determinados ativos imobilizados não estratégicos classificados como mantidos para venda devido a sua estratégia de gestão de ativos e do fortalecimento de sua estrutura de capital. Os ativos em negociação estão abaixo apresentados:

Ativos	Empresa	Classe Imobilizado	Valor contábil 31/12/2012
Participação no Consórcio Capim Branco Energia	Paineiras	Outros Ativos (Usina Hidrelétrica)	185.034
Terrenos	Suzano	Terrenos	189
Imóvel	Suzano	Edificações	1.675
			186.898

Usina Hidrelétrica – Participação na Usina Amador Aguiar (Capim Branco) em Minas Gerais. A Companhia possui empréstimo junto ao BNDES referente a esse ativo, registrado na rubrica Empréstimos e Financiamentos, no balanço Consolidado, nos montantes de R\$35.344 no passivo circulante.

Terrenos – Referem-se a gleba de terras em Jundiapéba/SP alienados através de leilão em dezembro/2012; e

Imóvel – Refere-se a imóvel industrial não utilizado pela Companhia em São Paulo, alienado através de leilão em dezembro/2012

Os resultados dessas transações serão auferidos no início de 2013, quando algumas condições forem satisfeitas. Os adiantamentos recebidos referente ao terreno e imóvel, nos montantes de R\$1.850 e R\$2.160, respectivamente, estão apresentados separadamente nas demonstrações financeiras na rubrica “Adiantamentos referente ativos mantidos para venda”.

34 Compromissos

34.1 Vale Florestar

Em 2009 a Companhia firmou contrato com a Vale para aquisição de 31,5 milhões m³ de madeira provenientes de plantios de eucalipto do Programa Vale Florestar, em implantação no Estado do Pará desde 2007, a serem fornecidas à Companhia durante o período de 2014 a 2028. Os preços desses volumes, calculados com base em fórmulas pré-estabelecidas em contrato, serão apurados quando das épocas de colheita.

34.2 Transporte Ferroviário

Para atender parcela importante da estrutura logística necessária para a futura Unidade Industrial do Maranhão, a Companhia firmou contrato com a Ferrovia Norte Sul S.A. para o transporte ferroviário de 1,3 milhão de toneladas ao ano de celulose de eucalipto a partir de 2014, pelo prazo de 360 meses contados a partir do primeiro dia do mês imediatamente subsequente ao efetivo início da operação desta nova planta industrial.

34.3 Construção da unidade industrial do Maranhão

Estação de Tratamento de Esgoto (“ETE”)

Em 23 de março de 2012, a Companhia celebrou o contrato com a CentroProjekt do Brasil S.A. para construção da ETE, no montante aproximado de R\$163.800. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo desses compromissos é de R\$81.883 a serem incorridos e amortizados regularmente conforme cronograma que acompanha o avanço da execução das obras.

Estação de Tratamento de Água (“ETA”) e Estação de Tratamento de Água para Caldeira (“ETAC”)

Em 19 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou o contrato com a Veolia Water Systems Brasil Ltda para construção da ETA e ETAC, no montante aproximado de R\$118.710. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo desses compromissos é de R\$62.428 a serem incorridos e amortizados regularmente conforme cronograma que acompanha o avanço da execução das obras.

Compra de equipamentos – Metso e Siemens

Em 18 de abril de 2011, a Companhia anunciou a celebração de contratos com a Metso e Siemens para a aquisição dos principais equipamentos para construção da unidade industrial do Maranhão, no montante aproximado de R\$2.620.579.

A contratação dos principais equipamentos com a Metso abrangerá basicamente as seguintes áreas: (i) Pátio de Madeira; (ii) Cozimento e Lavagem; (iii) Linha de Fibras; (iv) 2 Secadoras, Enfardamento e Expedição; (v) Caldeira de Recuperação e Biomassa; (vi) Caustificação e Forno de Cal; (vii) Evaporação e (viii) sistemas de automação integrada (DCS – Distributed Control System).

O contrato celebrado com a Siemens compreende a aquisição de 2 turbos geradores, que atenderão tanto a demanda de energia da fábrica como a geração excedente de 100 MW disponível para comercialização.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo desses compromissos é de R\$779.440 a serem incorridos e amortizados regularmente conforme cronograma que acompanha o avanço da execução das obras.

35 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados e seus estoques.

Contratamos também seguro florestal para madeira já colhida, entretanto, a contratação de seguro de nossas florestas em pé (ativo biológico) não se mostrou até hoje uma alternativa economicamente viável.

O valor dos seguros contratados é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.